

O REFERENCIAL



Suplemento

25 ABRIL 1974
2025



50 ANOS DE ELEIÇÕES
EM LIBERDADE

3 SUMÁRIO

Apresentação, Aniceto Afonso | 3

7 ELEIÇÕES CONSTITUINTES | 51 ANOS

Do 25 de Abril à Assembleia Constituinte, Vasco Lourenço | 7

18 A HISTÓRIA COMO MEMÓRIA E FUTURO

Desafios permanentes à liberdade dos povos, José Piteira Santos | 18

39 JANELAS SOBRE O MUNDO

Caça ao "urso pardo" com matilha, José Costa Neves | 39

52 HISTÓRIAS E MEMÓRIAS

Operação viragem histórica: acção militar e programa do MFA, Vasco Lourenço | 52

61 FIGURAS DE ABRIL

Carlos de Almada Contreiras (1941-2024): exemplo de militar, marinheiro e português, Miguel Judas | 61
Carlos de Almada Contreiras: gratidão ao amigo português, Maria José Tíscar | 65

75 LIVROS

Diários de Goa - O fim da Índia portuguesa, Fernanda Paraíso | 70
Molhar a Pólvora, a história da UMD e a revolução dos cravos, Jorge Golias | 75

APRESENTAÇÃO



ANICETO AFONSO*

Este número d'O Referencial é dedicado aos 50 anos das Eleições Constituintes de 1975 e referido ao período Janeiro-Junho de 2025.

Em Suplemento online publicamos várias colaborações muito valiosas referidas a vários temas do nosso habitual plano e outras que são inovadoras. Como é habitual, esta alternativa permite-nos alargar o âmbito dos assuntos apresentados, e enriquecer os conteúdos da edição em papel.

Expressamos a todos os colaboradores as nossas mais sinceras felicitações e a nossa gratidão. Todas são dignas do merecido destaque.

Em primeiro lugar, no âmbito das comemorações do cinquentenário das Eleições Constituintes, apresentamos dois textos de dois importantes capitães de Abril, Vasco Lourenço e José Piteira Santos. O primeiro resume desta forma a sua própria introdução ao que expõe: *Hoje, passados mais de 50 anos sobre a libertação, atingidos os 50 anos do primeiro acto concreto da construção dessa Democracia – as eleições para a Assembleia Constituinte, que iria definir “como é que seria” - uma afirmação podemos, nós Militares de Abril, continuar a repetir: “Cumprimos todas as promessas e compromissos assumidos. Servimos e não nos servimos. Sentimo-nos muito honrados por termos feito o que fizemos”!*

Piteira Santos alarga, com este texto completo, o que ficou por dizer no resumo que publicámos na edição em papel. O seu ponto de vista fica assim alargado, como, por exemplo, neste trecho: *O espírito do MFA, sendo abrangente e concretizado no seu Programa, visava sobretudo a libertação democrática, a que a participação entusiástica popular ao imprimir uma forte dinâmica de apoio e transformação política, ultrapassou qualquer previsão, deixando uma marca decisiva na marcha dos acontecimentos e no rosto do país.*

Por seu lado, o nosso sócio e capitão de Abril José Costa Neves, habitual colaborador, aborda um assunto que se inclui perfeitamente no tema “Janelas sobre o Mundo”, com o sugestivo título de *Caça ao “Urso Pardo” com Matilha*, analisando as grandes questões das relações internacionais nestes últimos tempos e dando-nos a sua perspetiva exemplar, com um conselho para todos: *Porém, como há males que vêm para o bem, talvez esta seja uma boa ocasião para as nações de todo o mundo entenderem finalmente que os graves problemas que apoquentam a Humanidade só se resolverão através da descoberta e aperfeiçoamento dos caminhos da Paz pela Paz e não, como até aqui, da paz pela força.*

Na continuação temos novo texto de Vasco Lourenço que incluímos no tema “História e Memórias”, em que o autor procura traçar-nos a sua perspetiva sobre a “Operação Viragem Histórica”, tanto sob o aspeto da ação militar, como principalmente do Programa da MFA então apresentado e o caminho da sua elaboração.

Cabem depois dois textos que não foi possível incluir na edição em papel deste número d’*O Referencial* dedicados ao nosso sócio Carlos de Almada Contreiras, que homenageamos como “Figura de Abril”, cujos autores são Miguel Judas e Maria José Tíscar. O primeiro destaca o seu camarada Almada Contreiras como um exemplo de militar, marinheiro e português. A

segunda, investigadora que muito com ele colaborou em vários trabalhos de História recente, distingue-o com um texto que intitulou como *Gratidão ao amigo português. A ligação com a União Democrática Espanhola*.

Publicamos finalmente dois textos sobre livros, que bem podemos dizer que inauguram, com isso, um novo tema que há muito gostaríamos de ter nos nossos planos e a que chamaremos “Livros” e em que destacaremos, com apreciações mais alongadas, as obras que se vão publicando sobre a história e as memórias que abrangem os interesses da Associação 25 de Abril.

Publicamos, assim, a apreciação da autora Fernanda Paraíso sobre o seu livro *Os Diários de Goa – o Fim da Índia Portuguesa* apresentado, aliás, na Associação 25 de Abril.

E publicamos também a recensão de um livro que quase passou despercebido de Alfonso Domingo com o título *Molhar a Pólvora – A História da UMD e a Revolução dos Cravos*, feita pelo nosso sócio e coordenador Jorge Golias. Neste contexto, encerramos esta apresentação com o parágrafo final desta apreciação: *O autor termina este livro assim: “Molhou-se a pólvora, pois, de um Exército colado à ditadura franquista, aqui não foi possível uma Revolução dos Cravos. Uma vez mais, perdemos o comboio. Oxalá o Exército espanhol tenha aprendido a lição e as Forças Armadas possam ser para sempre as de um país democrático e europeu, características que nunca deverão perder e cuja essência de vez em quando é esquecida”*.

***Diretor**

VINHO DO PORTO COMEMORATIVO

Produziu o Barão de Vilar um Porto Reserva Tawny com estágio durante 7 anos em cascos de madeira adquirindo uma textura suave com um intenso e complexo aroma. Daqui se extraiu uma série de garrafas especialmente para a A25A assinalar os 40 anos do 25 de Abril. Pronto a beber o Porto Tawny ganha outra vida com a idade. Como Abril é necessário saborear e conservar os seus valores. Os interessados poderão adquirir as garrafas ainda disponíveis através de correio electrónico para a25a.sec@25abril.org ou pelo telefone 21 324 14 20.



ELEIÇÕES CONSTITUINTES - 50 ANOS

Do 25 de Abril à Assembleia Constituinte



A construção de uma democracia que era consubstanciada em eleições livres, no prazo de um ano, para uma Assembleia Constituinte foi o objectivo que esteve na base do enorme consenso formado no Movimento dos Capitães, consolidado no Movimento das Forças Armadas que o expressaria inequivocamente no seu Programa, apresentado ao mundo e ao novo Portugal, que nascia nessa madrugada inesquecível.

VASCO LOURENÇO*

O anúncio do programa do Movimento das Forças Armadas foi o primeiro contacto, após a consumação da vitória militar, com o povo português. Foi o primeiro dos compromissos assumidos e seria o primeiro dos três DDD que resultavam da leitura que todos faziam do programa do MFA: Efectivamente, se Descolonizar e Desenvolver eram encarados como mais difíceis e demorados de alcançar, Democratizar era visto como possível no imediato.

E, não duvidemos: se o desejo de terminar a guerra, de construir a paz, fora o gatilho para o tiro de partida a caminho da consciencialização de que era forçoso encontrar uma solução política para a guerra, os Capitães de Abril rapidamente intuíram que só em Democracia esse objectivo seria viável.

Daí que, unidos à volta do essencial, a cola que os manteve unidos foi sem dúvida a construção de uma Democracia, que desse a voz ao povo português, para que ele decidisse do seu futuro.

Hoje, passados mais de 50 anos sobre a libertação, atingidos os 50 anos do primeiro acto concreto da construção dessa Democracia – as eleições para a Assembleia Constituinte, que iria definir “como é que seria” - uma afirmação podemos, nós Militares de Abril, continuar a repetir: “Cumprimos todas as promessas e compromissos assumidos. Servimos e não nos servimos. Sentimo-nos muito honrados por termos feito o que fizemos”!

Não escondemos que, durante o processo de consolidação democrática – nomeadamente no seu período mais intenso, onde a revolução popular esteve no terreno – o MFA não conseguiu evitar dividir-se.

As lutas partidárias, a que procurámos ser imunes, conseguiram alguns resultados, o que provocou divisões e acções que nos iam lançando em confrontos generalizados, a eclosão de uma guerra civil esteve “à beira de acontecer”, mas o pior não aconteceu, o essencial foi atingido.

E, não restem dúvidas: foi o MFA, foram os militares, contra tudo e contra todos, os principais responsáveis pelo cumprimento da sua palavra.

Mas, se não escondemos, porque não esquecemos, o enorme perigo de termos descarrilado, também não esquecemos a forma miserável como os Militares de Abril foram tratados no fim do Período de Transição e na entrada na dita “Democracia plena”. Que, lamentável e infelizmente, volta à tona de vez em quando, com idiotas e ignorantes a afirmar que “em 1982, os militares foram obrigados a regressar a quartéis”.

A esses, respaldados no respeito que sentimos a grande maioria dos portugueses nos dedicar, respondemos com o nosso desprezo.

Relembrar o passado

Mas porque este escrito pretende lembrar o caminho entre a libertação e o primeiro acto concreto da construção da Democracia, recordemos os escolhos que o MFA teve de ultrapassar, as rupturas que sofreu no seu interior, as acções que lhe permitiram cumprir este primeiro desiderato.

Fazemo-lo com a convicção de que nunca é demais relembrar o passado.

Entrando na análise desse período conturbado, até à concretização do primeiro dos actos que nos permitiriam cumprir o prometido, temos de começar por analisar melhor o MFA, frente muito alargada, onde conviviam tendências e opiniões diversas que, como já referi, aparentavam estar unidas à volta do essencial.

O facto é que se a enorme maioria estava convicta dos valores expressos no programa do MFA, a História mostrar-nos-ia que no seio do Movimento existia um grupo que, à volta de António Spínola, visava um projecto de poder pessoal.

Por isso, apesar das derrotas sofridas ainda na Conspiração, verificadas essencialmente na reunião de 5 de Março de 1974 em Cascais – onde todas as propostas apresentadas por esse grupo foram clara e inequivocamente rejeitadas - apesar da desesperada, precipitada e incompetente tentativa que protagonizaram com o 16 de Março, onde procuraram recuperar o perdido onze dias antes, não desistiram e logo no próprio dia 25 de Abril, no Posto de

Comando no RE1, na Pontinha, seria o próprio homem do monóculo a avançar com a tentativa de anulação do Programa do MFA.

Ficou célebre a acção de dois ou três Capitães de Abril que lhe lembraram que “as tropas ainda estão na rua...”.

Vencidos na primeira ronda, não desistiram.

Assaltando o Poder, com a condescendência do Otelo, que se mostrava satisfeito e realizado com o extraordinário papel que assumira até ali – sem compreender que o “mais difícil” estava por fazer, que conquistada a cidade ao Rei, gerada uma criança, não se podia devolver a cidade ao mesmo Rei e era forçoso cuidar da criança, para que esta tivesse um crescimento harmonioso e se fizesse um verdadeiro homem – Spínola, acolitado por um fiel e cego grupo de “iluminados” não pararia, na tentativa de concretizar o mais que visível projecto de poder pessoal.

Empurrado por Sá Carneiro, se é que era necessário ser empurrado, apoiado pelo Primeiro Ministro do I Governo Provisório, Adelino da Palma Carlos, Spínola avançaria para um projecto que passou à História como “Golpe Palma Carlos”, onde tentou anular o previsto primeiro acto do projecto de democratização do país, precisamente as eleições para uma Assembleia Constituinte.

Esgrimindo afirmações de que “vem aí a catástrofe”, de que “a população não está preparada para eleições”, de que “a revolução está a causar o caos” e outras semelhantes, propõem a junção da legitimidade democrática à legitimidade revolucionária.

Tendo garantido que o general preferido pelo MFA, Francisco da Costa Gomes, se não candidataria, não têm qualquer reboço em assumirem que a legitimidade revolucionária estava em Spínola, escamoteando a realidade do caminho e dos protagonistas que nos haviam levado ao 25 de Abril.

Defendiam eles que, em vez de eleições para uma Assembleia Constituinte, deveriam realizar-se eleições para o Presidente da República, deveriam

referendar-se propostas de Constituição apresentadas pelos candidatos e deviam marcar-se eleições para o Parlamento em Outubro de 1976 (dois anos e meio depois do 25 de Abril!).

Derrotada essa proposta no Conselho de Estado, com a posição do MFA a ser decisiva, dar-se-ia o primeiro “salto qualitativo” no sentido de uma política mais “à esquerda”, com a entrada em força do MFA na área política. Basta ter presente que o Primeiro Ministro do II Governo Provisório e vários dos seus Ministros seriam elementos pertencentes à Comissão Coordenadora do Programa do MFA.

Spínola não desistiria e com a condescendência de Costa Gomes – CEMGFA e número dois da Junta de Salvação Nacional, presidida por Spínola – tenta dissolver o MFA, porque “todas as Forças Armadas passavam a ser MFA”.

Foi o tempo em que os Spinolistas obtiveram o apoio de um dos principais Capitães de Abril, Hugo dos Santos, levando-o a assumir um documento juntamente com um dos seus, Engrácia Antunes, onde se determinava a extinção da Comissão Coordenadora e de todas as outras estruturas do MFA.

Vencida mais esta tentativa – é com emoção que recorro alguns pormenores da minha intervenção pessoal neste episódio – Spínola não desiste. Embora incapaz de fazer frente à imparável marcha a caminho das independências das colónias, recua na atitude assumida no Posto de Comando do MFA na noite de 25 de Abril, aceitando o que nessa noite conseguira anular no Programa previamente por si aprovado e vê-se obrigado a proclamar “o direito dos povos à autodeterminação e à independência”.

É com igual emoção que recorro a discussão que, acompanhado por outros dois camaradas da Comissão Coordenadora (Almada Contreiras e Pereira Pinto), tive com Spínola no dia 27 de Julho, aí ficando bem claro que não aceitaríamos a sua posição de que “agora, Angola é comigo”.

O facto é que, apesar das desesperadas tentativas de Spínola, onde os encontros com Nixon e com Mobutu ocuparam lugar relevante, foi possível parar os combates que, só do lado português, haviam, desde o 25 de Abril, acrescentado

mais umas centenas de mortos às vítimas da guerra. Foi possível caminhar para o reconhecimento das independências e criar condições para que as relações entre o povo português e os povos agora independentes pudessem ser de amizade e cooperação.

Recordo que, mesmo o caso da Guiné - que declarara, de forma unilateral, a sua independência em 24 de Setembro de 1973, e em 25 de Abril de 1974, volvidos menos de oito meses, já estava reconhecida por mais países do que aqueles com quem Portugal tinha relações diplomáticas – não constituiu “pêra doce”, na imposição que o MFA fez a Spínola, no sentido de Portugal reconhecer a sua independência.

Incapaz de fazer vingar os seus projectos, congregando todos os que não engoliam o 25 de Abril, Spínola não desistiu. Começa uma “procissão”, pelas principais Unidades militares – Regiões militares e Paraquedistas – tentando lançar o pânico da vinda do caos, faz apelo ao sentimento pátrio dos militares, apresenta-se como salvador da civilização ocidental, cristã e ordeira.

Acompanhei Spínola em todas estas andanças, numa “marcação homem a homem”, com permanente contacto com os militares do MFA que, mais que qualquer organização, defini então como “um estado de espírito”.

Foi uma luta aberta, que culminou na tentativa de golpe palaciano protagonizado por Spínola com o apelo ao que designou como “Maioria Silenciosa” e que passaria à História como o “28 de Setembro”, dia da manifestação dessa “Maioria Silenciosa”, vencida pela acção popular, convocada pelas forças defensoras dos valores de Abril.

O “28 de Setembro”, que começara numa corrida de touros no Campo Pequeno no dia 26, se prolongara nos dias 27 e 28 nos gabinetes da Presidência da República, com intensas lutas entre o MFA e Spínola, culminaria no dia 30 com a resignação de Spínola apoiada num discurso de tal maneira catastrófico, que me levou a classificá-lo, então, de criminoso, designação que mantenho.

Saído do Poder, acabou por dar origem a um grande “salto qualitativo”, no sentido da esquerda, com prisões e fugas para o estrangeiro das pessoas e forças anti 25 de Abril e saudosas da ditadura por este derrotada, Spínola vai conspirar para Massamá onde tinha uma residência. Procura agregar todos os que temiam “a vinda do comunismo” por si e pelos seus proclamada aos quatro ventos, e enceta uma luta com a invenção de mentiras que hoje seriam chamadas de *fake news*, onde a afirmação de que o MFA não iria cumprir a sua promessa de eleições livres para a Assembleia Constituinte ocupou lugar cimeiro. Foram momentos difíceis, em que o MFA, na tentativa de apoio aos trabalhadores, acabou por aprovar o princípio da Unicidade Sindical, que passava pela existência de uma única organização sindical em cada área do Trabalho.

Acção que se transformaria numa das principais áreas da luta política, face à concretização, após o 11 de Março de 1975, da acção das forças pró-comunistas (onde se incluía uma área do MFA) que traíram o compromisso assumido da criação das diversas estruturas sindicais através de actos democráticos, e não através do que fizeram, isto é, da legalização das estruturas já existentes.

Este seria, no futuro, uma das causas, talvez a principal, decerto a primeira, da divisão que se verificou no seio do MFA, mas que acabaria por não ter reflexos directos na consumação da nossa promessa de realização de eleições livres para uma Assembleia Constituinte.

Entretanto, Spínola e os seus não desistiam.

Conspiravam e, aproveitando o descuido do MFA, tentaram mesmo um golpe palaciano, com o fim de prenderem os membros da Comissão Coordenadora integrada no designado Conselho dos Vinte. A sua incompetência falou mais alto que a sua vontade conspirativa, voltaram a falhar e deixaram-se arrastar pelos elementos radicais de direita, que não aceitavam a “Democracia musculada” pretendida por Spínola, pois exigiam o regresso a uma nova ditadura.

Foi assim que surgiu a tentativa de um golpe militar, concretizado no ataque a uma unidade militar de Lisboa, o RAL1, centro das acusações inventadas de aí

se terem acobertado elementos “Tupamaros” prontos a concretizar a inventada “Matança da Páscoa”.

“Matança da Páscoa” – lista apregoada que nunca ninguém viu, que conteria cerca de 1500 cidadãos – que serviu de justificação aos militares de extrema-direita, onde pontificava Alpoim Calvão (oficial marinheiro que, no dia 25 de Abril de 1974 esteve na sede da Pide/DGS, na Rua António Maria Cardoso, segundo dizem porque estava prevista e a ser tratada a sua nomeação para chefiar essa sinistra e criminosa polícia, em substituição de Silva Pais) para arrastarem Spínola e alguns dos seus apaniguados para uma tentativa de golpe militar, consubstanciado através do ataque ao RAL1, por forças paraquedistas, apoiadas por meios da Força Aérea.

Mais uma vez os spinolistas falharam – nunca acertaram uma - seria a última vez que a sua acção daria azo a um “salto qualitativo” para a esquerda, salto que desta vez foi de tal monta que iria colocar seriamente em causa o cumprimento dos compromissos assumidos pelo MFA.

Só o apego à palavra dada, a firme determinação em quererem cumprir os seus compromissos para com os portugueses, de construção de um Estado democrático que possibilitasse a entrada no chamado mundo civilizado, como era conhecido o mundo ocidental, com as suas democracias políticas e pluralistas, permitiu ao núcleo central do MFA assumir-se como verdadeiro e legítimo detentor da legitimidade revolucionária do 25 de Abril. Que outros tentaram, mais tarde, assumir, em nome de uma revolução popular que, iniciada em 25 de Abril de 74, avançava sem freio, calcando e colocando de lado o vector democrático que unira os Capitães de Abril.

11 de Março de 1975

Tudo começou logo no próprio dia 11 de Março, mais propriamente na noite de 11/12, na Assembleia Extraordinária do MFA, que passaria à História com a designação de “Assembleia Selvagem”.

Não foi possível parar a autêntica “caça às bruxas” que se verificou nestes dias – uma assembleia de menor dimensão, convocada pela revolucionária Quinta Divisão do MFA, no dia seguinte, 12 de Março, só não vingou em soluções revolucionárias, porque aí compareci e enfrentei quem tentava um autêntico golpe no seio do MFA – pois, fugido Spínola e alguns dos seus homens para o estrangeiro, “tudo que cheirava a Spínolismo”, tivesse ou não estado envolvido na tentativa de golpe, foi preso ou esteve à beira de o ser.

Mas foi possível – com algum esforço é certo, mas mais facilmente do que os detractores do 25 de Abril passaram a propagandear – assumir que as eleições para a Assembleia Constituinte se realizariam no prazo de um ano, como constava do Programa do MFA.

Tivemos de adiar a data prevista – 12 de Abril – face às dificuldades que a tentativa golpista do 11 de Março nos veio acrescentar ao processo eleitoral.

Mas tivemos, essencialmente de vencer os lados opostos que proclamavam que as eleições deviam ser anuladas ou adiadas – à esquerda, agitava-se a legitimidade revolucionária, para se afirmar que “eleições já se não justificam”; à direita, defendia-se que a perturbação causada pela tentativa de golpe impunha o adiamento das eleições.

Como está por demais provado, foi o MFA quem deitou mãos à obra e, numa operação gigantesca começou por garantir o recenseamento – o andar de porta em porta, a recensear nas mais recônditas, isoladas e pequenas povoações, permitiu que os cadernos eleitorais que na última farsa eleitoral da ditadura (28 de Outubro de 1973) tinham cerca de 1.500.000 eleitores, passassem a ter mais de 6.200.000 eleitores.

O MFA garantiu também - porque dirigiu a organização das mesas de voto, da contagem dos votos e da sua transmissão para o centro coordenador de todo o processo eleitoral – as condições que tornaram viável a realização de eleições.

Recordo, com enorme emoção e também com enorme orgulho, a sensação de realização quando, no dia 25 de Abril de 1975, votei pela primeira vez e constatei

que os portugueses haviam acorrido às urnas, fazendo de tudo isso uma enorme festa, em número superior a 92% dos inscritos nos cadernos.

Consumado o primeiro dos actos concretos da democratização do país, o MFA teve de enfrentar de seguida enormes lutas, para garantir condições à Assembleia Constituinte que lhe permitisse cumprir a missão que lhe cabia: aprovar livremente uma Constituição da República.

Como sabemos, o processo não foi nada fácil e muito menos pacífico.

Viria a consumir a sua missão, em 2 de Abril de 1976, com a aprovação da Constituição da República Portuguesa.

Mas isso já não cabe neste texto...

*** Capitão de Abril, Presidente da Direcção da A25A**

HÁ MUITAS RAZÕES PARA SER ASSOCIADO MONTEPIO. QUAL É A SUA?

Desde 1840 que acompanhamos os portugueses com soluções de poupança e proteção que preparam o futuro e apoiam o presente, em todas as fases da vida.

Se ainda não conhece as vantagens que podem mudar a sua vida, vai querer conhecer todas as razões para estarmos consigo.

Com mais de 600 mil associados, somos poupança, proteção, saúde, experiências, cultura, e muitas outras vantagens que são a razão para tudo o que alcançamos, juntos.



Montepio
Associação Mutualista

Saiba mais em
montepio.org



A HISTÓRIA COMO MEMÓRIA E FUTURO

Desafios permanentes à liberdade dos povos



São passados 50 anos do 25 de Abril, da ditadura, da guerra, do “orgulhosamente sós”. A relevância da História, ensina-nos que os acontecimentos passados, independentemente da sua análise interpretativa, são sempre o resultado de ideias de futuro em que os sonhos e as realidades se cruzam, numa constante dinâmica. Ideias de futuro, cujos valores e ideais, ao longo do complexo processo do movimento dos capitães, mobilizaram vontades, e impulsionaram à ação para mudar o regime político ditatorial e libertar a sociedade, desempenhando um papel relevante e único na história de Portugal.

Porque o passado é referência e o futuro é direção, lutámos por um futuro de democracia e liberdade com a nossa determinação alicerçada na história de luta de muitos outros portugueses – civis e militares. Foi quando história mudou radicalmente de rumo, a partir dos objetivos consagrados no Programa do MFA - democratizar, descolonizar, desenvolver.

JOSÉ PITEIRA SANTOS*

Portugal - Da Utopia Imperial à Democracia

Celebramos o fim do Império, universal (espiritualmente) e de paz para alguns, como o Quinto Império de Padre António Vieira, mas que cedo passou da fase dos descobrimentos à da exploração comercial a favor da aristocracia dominante. Perante a grandeza dos fins e dos precários meios, foi uma realidade perversa, resultante de pouco mais do que uma política de Transporte, com uma economia desequilibrada e arrastada pela “maldição do ouro”, como escreveu António Sérgio que “destruía a indústria do País, em vez de ser, o servidor e fomentador da sua indústria, pela fixação da riqueza no trabalho nacional”.

Sobressai na nossa utopia a epopeia cantada por Camões, como espírito das descobertas – não só do mundo, mas da cultura, do pensamento, do homem – próprio do humanismo renascentista, que valorizou epicamente os portugueses, mas que reconheceu e acusou o desprezo, a ambição desmedida dos detentores do poder, inclusive do poder real (IX,28): “Vê que aqueles que devem à pobreza/Amor divino e ao povo caridade, /Amam somente mandos e riqueza, /Simulando justiça e integridade.”

A que não deixou de soltar um grito para acordar Portugal – “Se quiserdes no mundo ser tamanhos, / despertai já do sono do ócio ignavo, / que o ânimo de livre faz escravo” (IX, 92).

Esta acusação e grito é um alerta de sempre, ontem e hoje, independentemente da cultura e do conhecimento, em que o medo e a simulação convivem nas inter-relações pessoais e nas lógicas de poder e domínio.

Desde os antigos impérios, ao imperialismo europeu de há pouco mais de cem anos, à confrontação ideológica capitalismo versus comunismo e ao ressurgimento atual dum novíssimo pragmatismo imperial entre democracias

liberais frente aos totalitarismos, a história é efetivamente uma verdadeira lição que nos deve acordar para a necessidade imperiosa duma luta intransigente pela liberdade responsável e humanista.

A ideia de império português, qual mito que foi sendo interiorizado na mentalidade coletiva dos portugueses, foi utilizada politicamente, para servir a ideia de sermos ou parecermos grandes, com Portugal a fazer parte da vaga do imperialismo europeu no final do século XIX e que posteriormente o regime ditatorial salazarista usou como suporte da sua política colonial e de sobrevivência - Portugal do Minho a Timor - que no plano externo foi sendo um pesadelo cada vez maior e seu progressivo isolamento.

Finalmente a guerra colonial, estrategicamente imprudente e fatal, que lançaria o país ingloriamente num drama que tudo arrastava - vidas, esperanças e convicções como torrente impetuosa.

O regime avançava para um impasse, sabendo que não podia ganhar a guerra, mas que também não a podia perder. Porque aí caía o regime.

Foi o que aconteceu com o Movimento dos Capitães / MFA e o seu sentido estratégico para a revolta libertadora.

Como afirmou Manuela Cruzeiro, “as conquistas políticas, sociais e culturais iniciadas em 1974” e “consagradas constitucionalmente em 1976”, “são afinal o código genético da democracia de Abril” (CRUZEIRO, 2018: 200).

Embora diga, por outro lado, que o Programa do MFA “traduzia o máximo denominador comum dos amplos sectores civis e militares de oposição ao regime e que, para tal, era suficientemente genérico e abrangente, o que constituiu o seu *principal defeito e a sua principal virtude*”.

De facto, o espírito do MFA, sendo abrangente e concretizado no seu Programa, visava sobretudo a libertação democrática, a que a participação entusiástica popular ao imprimir uma forte dinâmica de apoio e

transformação política, ultrapassou qualquer previsão, deixando uma marca decisiva na marcha dos acontecimentos e no rosto do país.

A este propósito recordo Medeiros Ferreira (1993): “O 25 de Abril desencadeou profundas alterações não apenas à sociedade política, mas nos valores e na vida social nacional. A data de 25 de Abril de 1974 marca, pois, o séc. XX e divide a sociedade em antes e depois. Será isso uma revolução? É certamente uma *era*”.

Fim do mito imperial

Celebrar o 25 de Abril é, pois, fazer emergir a sua memória não como saudade, mas como marco do fim definitivo do mito imperial e de simbolização da afirmação permanente da luta pela liberdade democrática e responsabilidade pelo respeito da dignidade humana de todos os povos sujeitos a regimes autoritários.

A Constituição de 1976, onde estes princípios ficaram consagrados, foi o culminar do processo revolucionário e em cumprimento da promessa de eleições livres um ano após o 25 de Abril.

Ficava definida pela Assembleia Constituinte a arquitetura jurídico-constitucional do nosso regime conferindo estabilidade institucional à nossa sociedade e refletindo o contexto político-partidário nascente.

Foi o desfecho do desenvolvimento duma relação entre o poder militar e o poder político, desde o Programa do MFA, ao I Pacto MFA-Partidos seguido pelo II Pacto MFA-Partidos de Fevereiro de 1976, a entrada em vigor da Constituição em 25 de Abril de 1976 até à sua primeira revisão em 1982, com a aprovação da Lei Constitucional n.º 1/82 de 30 de Setembro.

Este o período em que o MFA como agente político formal, definiu os termos dessa relação e que ao participar em órgãos de soberania assegurou com o seu empenhamento, proceder-se à passagem duma ditadura para um regime democrático pluralista.

Com a evolução do I ao II Pacto os militares passaram duma intervenção política direta em vários órgãos de poder a um abrandamento dessa intervenção e focada essencialmente na eleição direta de um militar a presidente e a definição das atribuições do Conselho da Revolução como órgão de soberania, garantindo independência legislativa e administrativa à instituição militar. Já a organização do poder político seria competência dos partidos políticos.

Em resumo, os acordos entre o MFA e os partidos permitiram uma evolução equilibrada da transição do poder político dos militares para os partidos até à Constituição de 1976, mas com um período adicional de garantia exclusiva em matéria militar até 1982 quando se reviu a Constituição e o regime democrático pluralista se estabeleceu em pleno.

Se bem que em termos económicos houve alterações quanto à consignada “via socializante”, a matriz constitucional fundamental manteve-se, a demonstrar o respeito estrito ao longo do período de transição das promessas subjacentes ao espírito do 25 de Abril.

É inquestionável a importância duma lei constitucional formal, como a nossa, que assenta nos direitos fundamentais, na dignidade humana de todas as pessoas, ou seja, sendo a pessoa o fundamento e o fim da sociedade e do Estado, que garante um regime representativo e torna evidente os direitos, liberdades e garantias pessoais.

Mas para a sua eficácia, é igualmente fundamental, que o seu cumprimento esteja assente na qualidade das instituições, das diversas lideranças políticas e da própria sociedade.

Porque não basta a mera existência da lei constitucional, mas a realidade social e política bem como todos os mecanismos em que ela assenta, que permita o reconhecimento cabal da sua legitimidade pela sociedade a que se destina e assim ser respeitada por todos os atores sociais.

A democracia, que sendo o meio que permite o liberalismo não impede, porém que o autoritarismo dela se aproprie, subvertendo-a, pelo que a sua concretização constitucional marca a fronteira entre eles.

O legítimo defensor da democracia pressupõe que ela é o lugar onde tudo pode ser analisado e discutido, menos ela própria, logo a verdade absoluta, revelada e incontestada não é admissível e caso seja, aí estamos perante uma democracia virtual, tal como Raymond Aron escreveu: “Os regimes a que chamamos democrático-liberais são os que se definem... pelo reconhecimento que não existe uma fórmula e nem só uma, da liberdade por excelência...”; caso contrário caímos num maniqueísmo que implica uma decadência da própria democracia em direção a uma democracia totalizadora, tal como foi referido por Friedrich Hayek, segundo o qual um governo eleito democraticamente podia tornar-se um poder totalizador mesmo que permanecendo, formalmente, como um poder dito “democrático”.

Lembremo-nos da Constituição de 1933, formalmente instituída, mas somente para legalizar um regime político e conferir força legal para a sua ação de imposição restritiva da liberdade, a começar pela proibição dos partidos políticos, apesar de todas as retóricas declarativas do ditador de que o Estado Novo estava “limitado pela moral e pelo direito”.

O que limitava o salazarismo não era esta retórica, mas “os equilíbrios internos dentro do regime e as relações de força na sociedade”, como refere Fernando Rosas e que em termos de moral assentava num catolicismo conservador com estreitas ligações à hierarquia da Igreja, para mais facilmente dar crédito à ditadura.

Ao contrário, era uma democracia enganosa, de poder absoluto assente numa “pessoa” e de farsa eleitoral, da imposição do medo e da manipulação moral dos portugueses, tal como fazem todos os regimes autoritários de forma mais ou menos despudorada, que invertem a obrigação do contrato social, pondo

o povo ao serviço do regime em lugar do regime ao serviço do povo que é a missão de qualquer democracia liberal e que a lei constitucional deve constituir a sua verdadeira matriz.

Todas as democracias autoritárias ou ditatoriais estão formalmente sujeitas a normas constitucionais instituídas de forma fraudulenta pelos respetivos poderes, portanto, estes podem sempre argumentar da sujeição do seu regime ao primado da lei. Só que a prática política em todo o processo de elaboração da lei fundamental e a partir dela todo o ordenamento jurídico, protegem somente o regime político e os seus detentores e não os direitos fundamentais da pessoa humana aos seus cidadãos ou antes súbditos e a sua dignidade de ser livre, a começar pela proibição do direito de oposição e contestação.

Democracia e poder

Ao longo do século XX aumentaram os regimes democráticos constitucionais, destacando-se, segundo diversos autores, três fases. A primeira iniciada em 1930 após a Grande Guerra; a segunda em finais da década de 1940 na sequência da II Guerra Mundial e a terceira com a “Revolução dos Cravos” em Portugal que motivou outras democratizações, como em Espanha e Grécia, além da queda do regime de *apartheid* sul-africano e a emergência de novos países africanos independentes, a que se seguiu a queda do comunismo, chegando-se aos inícios do século XXI com uma maioria de democracias eleitorais.

A realidade histórica mostra-nos também que houve retrocessos entre as referidas três fases de evolução democrática, tal como a que hoje estamos a viver à escala internacional, pelo que é necessário renunciar à ilusão linear e determinista da democracia. Sendo história, logo pressupõe em si uma dinâmica, resultado das tensões que a justificam.

Esta perspetiva da dinâmica democrática lembra-nos que a democracia pode oscilar entre regimes, sem para isso deixar de ser democracia.

É assim um mito a noção de democracia associada ao Progresso, pois ela é motivo de tensões no seu interior, entre liberdade e igualdade, entre individualismo e oligarquia. Segundo Tocqueville em *De la Democratie en Amérique*, “a democracia trabalha sem querer contra ela própria” e daqui resultam as tensões entre equilíbrio e desequilíbrio permanente.

Os momentos de desequilíbrio podem traduzir-se em ruturas, entrando-se em nova etapa da sua dinâmica. É neste sentido que Raymond Aron referia que a democracia não se define politicamente como tipo de regime, mas enquanto estado da sociedade.

Estado de sociedade que em cada época e contexto interno e internacional se vai alterando e é fundamental que as lideranças políticas nacionais sejam perspicazes e corajosas na avaliação da estratégia a seguir para transformar os seus recursos em poder e responder aos desafios que têm de enfrentar para atingirem os objetivos pretendidos.

Recorde-se o papel de Churchill perante Hitler, após este ter feito promessas de paz e não cumpridas no Pacto de Munique com Chamberlain, ao invadir os Sudetas na Checoslováquia.

Chamberlain ao pôr em prática a sua política de apaziguamento (medo?) ou de pragmatismo ingénuo cedeu à chantagem enganosa de Hitler permitindo-lhe, na prática, a ocupação da região dos Sudetas da Checoslováquia e não evitou a guerra, antes pelo contrário, dando um sinal de fraqueza e não de dissuasão, que Hitler aproveitou.

Ou seja, pretendeu defender a paz antes que a guerra alastrasse e o que aconteceu, foi a guerra alastrar dramaticamente. Como é que um líder político de um país democrata acreditou nas promessas dum ditador?

Nesse mesmo contexto, outra foi a resposta política de Churchill, que lhe sucedeu, enfrentar o mesmo ditador e afirmar num seu discurso em 1941 “... a lição a retirar é esta: nunca cedas, nunca cedas, nunca... em nada, exceto

em favor das convicções da honra e do bom senso. Não te deixes dobrar pela força: nunca te deixes dobrar pela aparente força esmagadora do inimigo”.

Volto a citar Camões, nos *Lusíadas* (canto III,138): “Que, vindo o Castelhana devastando/As terras sem defesa, esteve perto/De destruir-se o Reino totalmente;/*Que um fraco Rei faz fraca a forte gente.*”

Estes tipos divergentes de posicionamentos políticos não são afinal uma constante histórica e continuam dramaticamente na nossa atual realidade internacional?

O 25 de Abril foi há cinquenta anos, no contexto dum mundo bipolar e de forte conflito ideológico, resultante de duas guerras mundiais, sobretudo europeias, mas hoje, os dramas e os desafios são idênticos só que os contextos são bastante diferentes.

Hoje vivemos a transição para um mundo bipolar/multipolar, fragmentado e de profundas divergências políticas, com sinais de deterioração nas democracias liberais e avanço de grandes potências autocráticas e democracias iliberais, com vista à conquista do poder mundial, fazendo emergir nova ordem internacional.

Se considerarmos poder como a capacidade de se chegar ao resultado que se pretende, como é que qualquer político deve chegar lá, logo qual o seu estilo de liderança e qual a extensão e a natureza do grupo limitado de pessoas que compõem e dividem a real partilha de poder, ou seja a robusta influência duma oligarquia que na prática o domina, mesmo cumprindo normas constitucionais. Hoje não basta qualquer Estado, mesmo os mais poderosos, olhar para os clássicos recursos materiais e intangíveis que têm, pois o contexto presente, mercê do desenvolvimento tecnológico acelerado, faz com que esses recursos antes importantes percam importância e surjam necessidades de novos recursos que se pode não dispor em quantidades consideradas suficientes e é preciso obtê-los, como e a quem.

O petróleo só passou a ser uma fonte de poder crescente a partir da revolução industrial. Com a evolução tecnológica, a emergência de terras raras e outros minerais são atualmente um recurso primordial e quem os possui tem vantagens, não só de mera transação mercantil, mas políticas, ou seja, é necessário saber transformar os recursos em poder.

Mas o poder não pode assentar somente nos recursos tangíveis, concretos, sendo deveras importante incluir o que Edward Carr, um realista britânico, em 1939 afirmou – o poder internacional compõe-se de três categorias: poder militar, poder económico e poder de opinião, hoje bem expressa nas redes sociais de importância estrutural.

São os fenómenos de difusão de poder, como a globalização e a revolução da informação e comunicação que levam ao surgimento de uma multiplicidade de intervenientes nacionais e transnacionais, além dos Estados, como grandes empresas privadas e outras entidades, fora do estrito controlo governamental e que dispõem de novos e poderosos meios de poder para influenciar a perceção pública sobre a legitimidade das medidas dos governos.

Os americanos dispunham de supremacia em poder militar e perderam a guerra do Vietnam. Do mesmo modo no Afeganistão.

Relações Internacionais

É fundamental combinar os poderes económico e militar e articulá-los com as relações internacionais, nomeadamente as de alianças militares ou económicas para garantir proteção aos seus membros e aliados e reforçar o seu poder, fundamentalmente entre os de democracia liberal face aos grandes blocos ditatoriais.

A União Europeia tem uma economia maior que a americana, mas o seu poder económico não a transformou numa potência política.

Mesmo no contexto atual é inviável pensar-se somente em poder sobre os outros, mas em poder com os outros para se conseguir de forma mais efetiva atingir os objetivos a curto prazo e desenvolver relações de interesse e benefício mútuos a médio prazo.

Será que o comportamento da liderança americana atual terá sucesso com a política de chantagem e ameaça, sobretudo com os seus aliados tradicionais, democracias liberais e com quem tem grandes trocas comerciais? O que procura a administração americana ao fomentar a divisão entre os seus próprios aliados? Mostrar a sua supremacia? E qual a capacidade de resposta destes, nomeadamente da Europa?

O poder relacional tem a ver com o modo de liderança, que se não for reconhecido como legítimo e de confiança pelos países alvo não se torna fator de estabilidade.

A política mundial não é favorável a que os EUA consigam atingir, sozinhos, todos os objetivos internacionais e menos ainda com ameaças múltiplas, correndo o risco de perder força, credibilidade e reputação se fracassarem. Já David Hume, no séc. XVIII, dizia não haver ser humano suficientemente forte para dominar todos os outros agindo sozinho. E o mesmo serve para os Estados.

Demasiado poder pode ser uma maldição, em vez de um benefício e, segundo Joseph Nye, Jr., as características de liderança do presidente americano podem levá-lo ao excesso de confiança e a estratégias inadequadas, e à não conversão de poder em sucesso.

Os outros grandes adversários políticos, essencialmente os de grandes países ditatoriais e seus diretos competidores na supremacia mundial, essencialmente a China, aproveitam-se desta arrogante demonstração de poder e liderança, para ir alargando a sua influência no campo económico

através de acordos de cooperação com múltiplos Estados, independentemente das suas ideologias e regimes, sem ameaças, desenvolvendo em simultâneo a sua estratégia de poder militar.

Perante os novos e mais perigosos riscos de confrontação transnacional temos de ter presente a memória de luta persistente pela liberdade e solidariedade dos povos, e estarmos alerta para a ilusória visão kantiana de paz perpétua configurada exclusivamente pelos valores duma ordem internacional liberal, pois a História está recheada de exemplos de luta entre poder e direito, entre liberdade e submissão.

Em 1919, o Tratado de Versalhes também prometia uma “paz para acabar com a guerra”, mas afinal acabou com a paz, pois a guerra durou quatro anos e provocou cerca de dez milhões de mortos e as suas consequências resultaram na emergência do nacional-socialismo que conduziu à II Guerra Mundial.

Será que os políticos, democratas liberais, nada aprendem com os ensinamentos da história e pensam que ela não se repete, embora com novas roupagens, como na atual realidade tecnológica, como refere José Pedro Fernandes “a guerra continua a não ser um jogo, mas uma brutal e horrível destruição de vidas humanas”?

Onde está o seu realismo e coragem política, para saber defender a paz, preparando-se para a guerra, provérbio de antigo autor romano, prevenindo-a, logo evitando-a, sabendo que se os contextos mudam as características profundas dos seres humanos, tal como a ambição de poder, moldam a evolução e o progresso ao jogo dos seus exclusivos interesses e não o contrário, pois a ser assim não mais haveria ditadores com consequências cada vez mais perigosas?

Todos os ditadores têm a mesma finalidade, através do medo e manipulação, obter *sine die* a exclusividade do poder político, confundindo propositadamente autocracia com determinação, quando para o bom exercício do poder não basta determinação – é fundamental o carácter e o fim humanista que serve, tal como Mahatma Gandhi ou Nelson Mandela.

A determinação deve estar do lado dos líderes democratas liberais, que com sabedoria, lucidez estratégica e em nome da defesa da paz, mas com firmeza, mostrar abertamente, que estão à altura de enfrentar os inimigos e em último caso, se necessário, utilizar o poder militar, para que possam agir em antecipação e não em mera reação, que é sempre problemática e com custos muito elevados em vidas e bens.

O exercício do poder é hoje altamente complexo pois a dinâmica histórica, tão turbulenta e imprevisível, neste mundo globalizado, com complexas e assimétricas interdependências económicas e financeiras, de forte competição entre estados, com múltiplos riscos económicos e geopolíticos, em que velhos e novos ditadores se tornam mais perigosos, utilizando o medo e a violência ou a manipulação de modo cada vez mais subtil e que pelo rápido e inovador desenvolvimento tecnológico, dispõem de poderosos meios para censurar *online*, para controlar a informação, fazer propaganda sofisticada e camuflar a violência repressora.

A fronteira entre a guerra e a paz é muito ténue e fluída, bastando lembrar a invasão da Ucrânia por parte da Rússia, que aconteceu, como último episódio das suas múltiplas intervenções militares externas, que fazem parte da sua estratégia, desde há muito conhecida, tal como definida num ensaio de Putin publicado em 2021 *Sobre a Unidade Histórica de Russos e Ucrânianos*.

E qual foi a estratégia de antecipação e dissuasão do ocidente, em especial dos países europeus para inviabilizarem aquela ação militar?

De novo a questão da atitude dos líderes, que por negligência na percepção e definição estratégica e na ação – em nome da paz, não dão prioridade *ex ante* à segurança da sua população, seguindo o preceito de Sun Tzu que “é preferível vencer sem ter de lutar”, e deixam alastrar a guerra e sobre as ruínas do que não evitaram e como consolação de erros de análise, prometem trabalhar em negociações diplomáticas, sempre em situação de fraqueza.

A segurança do Povo

A nova ordem subverte o quadro institucional internacional baseado no respeito pelo direito e consagrado nos princípios da ONU, nomeadamente quando os principais membros do conselho de segurança são, despidoradamente, os seus maiores violadores

E a este ambiente de domínio do direito da força a substituir a força do direito, acresce o desrespeito das regras da Organização Mundial do Comércio (OMC), do comércio livre, com um recuo notável do globalismo económico-comercial para uma imposição de tarifas aduaneiras a bel-prazer do mais forte, potenciando uma guerra comercial que pode degenerar em conflitos mais graves e que resultam da mentalidade paranoica de quem se acha com condições para impor as suas regras unilaterais ao mundo.

Eis o atual “maravilhoso” mundo novo, que mais parece estar no caminho que ameaça a humanidade, qual premonição do Admirável Mundo Novo de Aldous Huxley, em que a ambição arrogante e megalómana, dos blocos ditatoriais, a que se junta uma política de rotura americana, numa lógica de tipo empresarial monopolista e errática para tentar confundir os outros estados, grandes ou pequenos, aliados ou não, que em vez de colocarem o desenvolvimento do conhecimento, da tecnologia, etc. ao serviço do bem-estar dos povos, se digladiam para se imporem, agora em luta global, pondo em risco a segurança da paz e o direito à vida.

As democracias liberais não podem ser complacentes com ditaduras e com as pretensas democracias iliberais, devendo dispor de sustentáveis políticas estratégicas de defesa para dissuasão das forças inimigas, bem como

combater com tecnologia de ponta assente em factos, o uso da tecnologia que alastra a mentira através das redes sociais, nomeadamente através de *hackers* e *trolls*, evitando que manobrem as nossas emoções para nos dividir, interna e externamente a seu favor sem darmos conta de estarmos a ser marionetas em jogos de poder.

São novas formas de difusão de poder por parte de intervenientes múltiplos, sejam governos, redes estruturadas ou indivíduos que pressionam governos através da sua atuação e provocam alterações de perceção pública sobre a atuação destes, quantas vezes orquestrando campanhas de acusação com finalidades adversas com vista a perturbar a confiança e tranquilidade social. É, pois, indispensável, não só os governos democráticos terem capacidade de resposta a estas formas de ciberataques como todos nós estarmos despertos para o atual, mais perigoso e invisível “Big Brother”, que a modernização tecnológica dá impulso acrescido às ditaduras e aos que se consideram “predestinados”.

Steven Levitsky e Lucan Way no livro *Autoritarismo Competitivo* referem: “A essência da ditadura da manipulação é ocultar a autocracia no interior das instituições formalmente democráticas. Os autoritários modernos manipulam eleições, enfraquecem os pesos e contrapesos, reescrevem constituições e enchem os tribunais de gente que lhes é leal”.

Os ditadores manipuladores fingem ser democratas, quer interna quer externamente, aceitando eleições formalmente multipartidárias, mas ao jeito da oração da castidade de Santo Agostinho “Senhor dai-me castidade e moderação, mas não por enquanto”, ou seja, democracia sim, mas não para já...ou nunca

Hoje temos uma realidade nova nascente a Ocidente que vai marcar inevitavelmente um mundo novo e de muita incerteza no quadro das alianças políticas, económicas e sociais.

Autonomia europeia

Perante o atual cenário, a União Europeia, tem de construir uma ampla autonomia estratégica, se quiser ser, não só uma potência económica, mas um relevante ator geopolítico, com capacidade de ação face às suas especificidades geográficas, como se vê pela nova realidade marcada pela guerra na frente leste.

Autonomia estratégica que substitua o que são vinte e sete políticas governamentais, com interesses diversificados e avulso, o que impede que a UE seja vista como um bloco coeso e poderoso, logo respeitado e considerado parceiro relevante, o que traria vantagens substanciais para todos.

Bloco que nasceu no contexto do final da II Guerra Mundial em que a Europa destruída e dividida politicamente entre dois blocos ideológicos antagónicos, respondeu a ocidente, com a criação dum espaço económico e comercial.

Esta foi a sua estratégia de desenvolvimento em paz, mas que embora evoluindo de forma estrutural e organizacional, não se libertou da prioridade desta pura lógica económica, não conseguindo até ao momento criar estruturas de coesão política com mecanismos de resposta eficaz aos países que procuram bloqueá-la.

Acresce que a Europa além de ter beneficiado do apoio militar americano nas duas guerras mundiais, deixou-se manter até hoje na dependência excessiva desse apoio, através da criação da NATO para garantir uma certa estabilidade, mas descurou a sua autonomia de defesa, que deveria ser de contínuo progresso no equilíbrio de poder militar a par e passo com o pilar económico.

A União Europeia, caso singular de arquitetura jurídico-constitucional, caiu na armadilha dum recurso que não era seu, maldição dum falso poder e hoje vê que “o rei vai nu”, porque não fez o que devia em nome da segurança na sua liberdade de ação.

Quando já em 1987, Trump escreveu que os Estados Unidos “deviam parar de pagar para defender países que têm posses para se defenderem a si mesmos”, e, em 2016, sublinhou que “há países na NATO que estão a apanhar a boleia”, os países europeus não entenderam os recados? E agora continuam divididos por causa do aumento do endividamento pela despesa em defesa, quando “a casa já está a arder”.

Será que os políticos europeus são meros contabilistas e não têm visão de investidores para adotarem uma relação *win-win* com a Ucrânia, quando ela necessita de múltiplos apoios e em contrapartida desenvolverem parcerias empresariais, dados os seus valiosos recursos materiais e a elevada iniciativa que os ucranianos têm corajosamente demonstrado e de elevado valor estratégico?

O que estão a negociar americanos e russos quanto à guerra na Ucrânia senão, ao libertarem-se do fardo da guerra, serem exclusivamente beneficiados, não só politicamente, mas sobretudo em termos económicos pela apropriação, pela força das armas e de um negociador sem escrúpulos, quer de território, quer das riquezas minerais desse mesmo território.

É mais uma captura de património a favor da economia russa dominada por Putin e do seu aparelho do KGB e em que os oligarcas só têm direitos de propriedade dependente da lealdade ao Kremlin para a sua projeção de poder.

E para Trump um meio de atacar também a União Europeia, tendo afirmado como candidato às suas primeiras eleições, segundo um antigo magnata de armas russo, citado por Catherine Belton: “Se Trump vencer, será o fim da UE”.

União Europeia, tão exigente na entrada de novos membros, não ajusta alterações estruturais à sua lógica de decisão, mais célere, oportuna e menos dependente de consensos que a amarra cada vez mais à medida que aumenta o número dos países membros. Deixa aumentar o seu tamanho, a

diversificação dos interesses nacionais, a sobreporem-se quantas vezes aos da União, logo a aumentar a sua complexidade e não cuida de ajustar o seu “Invólucro” jurídico que lhe dê poder de decisão estratégica de forma pronta e decidida aos desafios que a põem à prova.

Vantagem duma coesão e autonomia que lhe proporcione uma diversificação e redução do risco – político, militar e económico, face a todos os grandes atores mundiais, defendendo os seus interesses legítimos, que partindo dos económicos em que é mais forte, projetá-los para a dimensão militar e política, não a deixando à mercê das outras potências.

Essa mesma capacidade de projeção de poder externo terá de permitir-lhe aumentar a sua força de coesão interna, evitando e combatendo com vigor as posições divergentes de alguns dos líderes dos seus estados-membros que procuram fazer o jogo político de outras potências externas, atraídos por uma aura de invencibilidade, quer da Rússia quer dos EUA.

É cada vez mais notório, quer pelas autocracias “clássicas” quer pelas emergentes, que os povos estão a ser altamente condicionados na sua liberdade para contrariar o que Tucídides disse: “Os fortes fazem o querem fazer e os fracos sofrem o que têm de sofrer”. Seja em nome da Grande Mãe Pátria Russa, do Grande Império do Meio ou da novíssima Grande América, qual oligopólio de blocos de poder.

Se os dois primeiros já são ditaduras, a presente realidade americana, nacional-populista, é de um comportamento de tipo ditatorial, de imposição unilateral do seu poder na política externa, sem negociação ou cooptação, mesmo com quem ainda tem alianças.

Todos, embora com regimes democráticos diferentes, a fazerem crer que os seus cidadãos são individual e coletivamente grandes, embalados pela retórica manipuladora e populista das suas lideranças – em união pelos seus meros interesses de poder político e económico global.

Mais do que nunca é fundamental termos a noção da direção que queremos seguir para defendermos os valores fundamentais da nossa vida individual e coletiva. Mas que não pode ser de condescendência aos inimigos da liberdade democrática, sejam eles quais forem.

Há que reforçar a consolidação de cidadania democrática, pois só cidadãos, atentos e conscientes da sua responsabilidade cívica, com vontade própria para impor aos seus representantes políticos o cumprimento adequado das suas obrigações e compromissos.

Cidadãos que respeitem a liberdade como instrumento de solidariedade e não para generalizada perturbação social e entendam, como salientou Maria Ressa, jornalista, lutadora pela liberdade, prémio Nobel da Paz de 2021, o paradoxo que a aparente “liberdade de expressão está a ser utilizada para sufocar a liberdade de expressão”.

Tal ambiente caótico, já não é mera luta democrática, mas antes o ambiente propício usado por proto ditadores para impor a sua ordem e fazer de nós, cidadãos, meros dóceis servidores da sua ambição imperialista.

É urgente ter a noção de que as sociedades humanas livres não podem ser apenas um acessório do sistema económico e político, mas o seu centro.

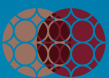
Para tal é muito importante a memória do passado, para que as suas lições nos façam estar atentos às múltiplas manobras, estratégias e intenções quantas vezes obscuras e nos comprometermos no presente, na defesa dos nossos interesses, não só económicos e políticos, mas morais e de vida.

Para que as pessoas não se tornem indiferentes à realidade da violência com que estão confrontadas, tal a “banalidade do mal” expressa por Hannah Arendt e tomem consciência das injustiças e sofrimentos no mundo, cantada por Lopes Graça no hino “Acordai”.

*** Capitão de Abril, sócio da A25A**

Nota de edição: Uma síntese deste texto está publicada n'O Referencial 156-157, edição em papel.

SÉRIE ANUAL BEBÉ 2025


MOEDAS
COMEMORATIVAS
2025



LISBOA R. Escola Politécnica, 137 • R. D. Filipa de Vilhena, 12 e 12-A
COIMBRA Rua Visconde da Luz 94, 96 e 98

PORTO R. Cândido dos Reis, 97

     www.INCM.PT moeda.apoiocliente@incm.pt

CASA DA MOEDA

INCM
INSTITUTO NACIONAL CASA DA MOEDA

JANELAS SOBRE O MUNDO

Caça ao “Urso Pardo” com matilha



Em Maio de 2023, o secretário-geral da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), o norueguês Jens Soltenberg, surpreendeu o público ao afirmar, numa entrevista ao jornal Washington Post, que a guerra da Ucrânia não [tinha começado] em 2022, mas em 2014. Muitos pensaram, erradamente, que estavam perante um lapsus linguae do importante personagem. Porém, meses mais tarde, em 7 de Setembro de 2023, Soltenberg repetiu a afirmação perante o Parlamento Europeu (PE), acrescentando que [a OTAN] já [tinha aumentado] a nossa presença na parte oriental da Aliança, para enviar uma mensagem muito clara a Moscovo. Talvez inadvertidamente, o secretário-geral da OTAN acabara de reconhecer que a OTAN, instrumento fundamental da política externa e de defesa e segurança dos Estados Unidos da América (EUA), estava envolvida, pelo menos desde a “revolução colorida” ucraniana de 2014 (Euromaidan), nas disputas armadas entre a Ucrânia e a Rússia.

JOSÉ COSTA NEVES*

Como, quando e quem começou a guerra russo-ucraniana?

Para compreender melhor as afirmações do secretário-geral da OTAN, vale a pena começar por mencionar alguns dos seus antecedentes político-doutrinários, frequentemente desvalorizados e distorcidos por muitos dos que intervêm publicamente sobre a matéria, e recordar que a segurança de um país, grande ou pequeno, forte ou fraco, não deve ser alcançada à custa da segurança alheia. Isto é, as relações entre eles devem resultar de um debate isento baseado nos princípios conjugados da paz, independência, autodeterminação e autonomia dos povos¹.

Gato escondido com o rabo de fora

No final da década de 1980, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) debatia-se com uma forte crise interna, que implicou a queda do Muro de Berlim e a sua própria dissolução.

Em Fevereiro de 1990, o presidente dos Estados Unidos da América (EUA), George H. W. Bush, com a anuência dos seus principais aliados europeus da OTAN, acordou com os líderes soviéticos que a NATO não se expandiria para o leste europeu².

Tendo em consideração este acordo, a URSS, em 16 de Julho de 1990, concedeu a independência à Ucrânia com a seguinte condição:

A República Socialista Soviética da Ucrânia declara solenemente a sua intenção de se tornar um Estado permanentemente neutro que não participa em blocos militares e adere a três princípios livres de armas militares: não aceitar, produzir e comprar armas nucleares³.

Apesar disso, os EUA continuaram a desenvolver os seus próprios conceitos geopolíticos e geostratégicos sem cuidar dos legítimos interesses do mundo à sua volta, designadamente da Federação Russa. Pelo contrário, em 1991 foram eles os principais instigadores dos conflitos militares internos na República Socialista Federativa da Jugoslávia, nalguns casos com a intervenção directa da OTAN, que conduziram ao fracionamento da

¹ Artigo 1.º, n.º 2, e Artigo 2.º, n.º 4, da Carta das Nações Unidas.

² O Secretário de Estado dos EUA era, na altura, James Baker e o Chefe de Estado da URSS Mikhail Gorbachov. Participaram também nas conversações, entre outros, Hans-Dietrich Genscher (Alemanha), Helmut Kohl (Alemanha), François Mitterrand (França), Margaret Thatcher (Reino Unido) e John Major (Reino Unido). Fonte: Documentos desclassificados do Arquivo de Segurança Nacional dos Estados Unidos.

³ “Declaration of State Sovereignty”, IX. External and Internal Security of Ukraine, 5º parágrafo.

importante região em seis novos países de menor dimensão e politicamente mais controláveis⁴.

Para não recuar demasiado no tempo, recordaremos apenas que Paul Wolfowitz, subsecretário de defesa de George W. G. Bush, concebeu em 1992 uma importante doutrina que recomendava aos EUA que reagissem, se necessário pela força das armas, contra qualquer nação ou grupo de nações que se opusessem à concretização das suas políticas internacionais⁵.

Na mesma altura, Zbigniew Brzezinski, assessor de segurança nacional do presidente Bill Clinton, complementou a doutrina Wolfowitz com outro documento fundamental intitulado “Geostrategy For Eurásia”, no qual preconizava a contínua expansão da OTAN até às fronteiras da Rússia, incluindo as da Bielorrússia, Ucrânia e Geórgia. Segundo Brzezinski, os EUA vedariam dessa forma o acesso daquele país ao Mar Negro, que passaria a ser dominado pela Aliança Atlântica. Porém, considerando que a Rússia continuava mesmo assim a representar uma séria ameaça para a segurança e os interesses dos EUA, propunha também a sua fragmentação em três repúblicas independentes, uma mais ocidentalizada e controlada pela OTAN, a (nova) Rússia, outra central, a Sibéria, e uma mais a leste, do Extremo Oriente. As duas últimas, depois de dominadas politicamente pelos EUA, constituiriam a sul uma importante barreira de contenção da ameaça chinesa⁶.

Durante esse período, as relações entre os EUA e a Rússia eram francamente tensas e pautadas pela desconfiança mútua. Apesar disso, ambas as potências assinaram o Memorando de Budapeste de 5 de Dezembro de 1994, documento indispensável para a compreensão do que se passou a seguir. Estiveram presentes na cerimónia e assinaram-no Bill Clinton, o primeiro-ministro britânico, John Major, o presidente russo Boris Yeltsin e o presidente ucraniano, Leonid Kuchma. Como se pode ler no respectivo texto, todos os arsenais nucleares instalados na Bielorrússia, Cazaquistão e Ucrânia, seriam devolvidos à Rússia⁷.

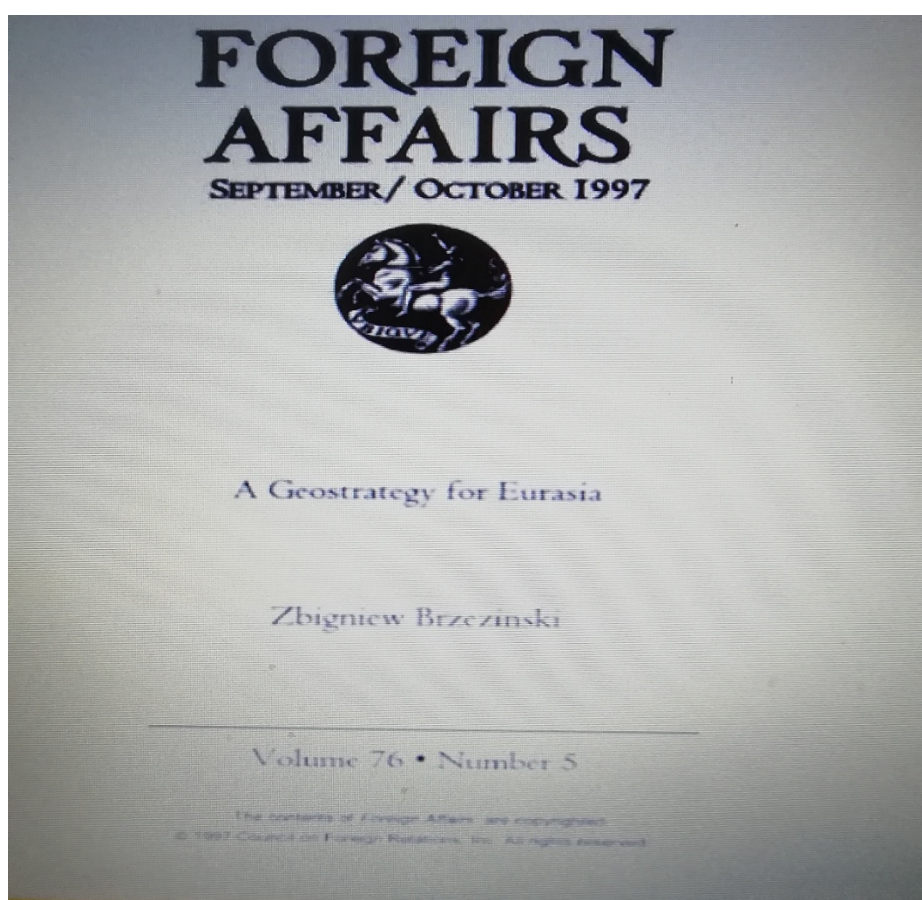
⁴ A ex-Jugoslávia foi dividida em seis novos países: Eslovénia, Croácia, Bósnia e Herzegovina, Montenegro, Sérvia e Macedónia.

⁵ “Defense Planning Guidance for the 1994-1999 Fiscal Years”, publicado em 18 de Fevereiro de 1992.

⁶ Este documento foi editado em Setembro de 1997, pelo “Foreign Affairs”, vol. 76, n.º 5.

⁷ Estes três países, com os EUA, a China e a França, vieram mais tarde a fazer parte do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (1998).

Porém, esta relevante ocasião político-estratégica foi ensombrada pelas inesperadas declarações públicas do presidente russo Boris Yeltsin sobre a expansão da OTAN no continente europeu, considerando-a um sinal claro de que os EUA se preparavam para redesenhar o mapa do velho continente. Sabe-se hoje que Bill Clinton, ainda que francamente incomodado com as imprevistas declarações do presidente russo, não deixou de questionar os seus conselheiros sobre se os EUA *[deviam] ou não tentar ser mais francos com os russos sobre a expansão [da OTAN] e seu cronograma*, acrescentando que, no seu entender, *também [os EUA deviam] lidar com as preocupações de segurança reais e legítimas da Rússia sobre a expansão da OTAN*⁸.



Certo é que, na ausência de uma resposta clara a esta questão, a Rússia e a Ucrânia, em 28 de Maio de 1997, resolveram celebrar o Pacto de Partição da Frota do Mar Negro, que atribuiu à Rússia 81,7% da frota, ficando a Ucrânia com os restantes 18,3%. Além disso, a Rússia assumiria a responsabilidade

⁸ “Memorando de Nick Burnes para Strobe Talbot sobre a carta de Clinton a Yeltsin sobre “Budapeste e Outros Itens de 6 de Dezembro de 1994”, documentos já desclassificados pelo Arquivo de Segurança Nacional dos EUA.

pela manutenção das instalações da base militar da península da Crimeia, servida pelo importante porto de Sebastopol, sendo para isso autorizada a dispor localmente de uma guarnição permanente até ao limite de 25.000 militares. É também conveniente lembrar que a Crimeia, já depois da dissolução da URSS, adquirira o estatuto de República Autónoma da Ucrânia, com Constituição, Governo e um regime jurídico especial.

Promessas vãs

Entretanto, em flagrante atropelo pelo atrás citado acordo de cavalheiros entre líderes americanos e soviéticos e o texto da declaração de independência da Ucrânia, que garantiam que a Ucrânia permaneceria um *Estado permanentemente neutro que não [participaria] em blocos militares*, a OTAN continuou a expandir-se para o leste europeu, integrando formalmente, em 2004, a Eslovénia, Estónia, Letónia, Lituânia, Eslováquia, Roménia e a Bulgária.

Perante a situação, o presidente Putin resolveu abordar publicamente o melindroso tema no discurso que proferiu na Conferência de Munique, em 10 de Fevereiro de 2007, declarando o seguinte: *Penso que é obvio que a expansão da OTAN não tem qualquer relação com a modernização da própria aliança ou com a garantia da segurança na Europa. Pelo contrário, representa uma provocação séria [à Rússia], que reduz o nível de confiança mútua*⁹.

Apesar disso, a OTAN, na cimeira que realizou posteriormente em Bucareste, resolveu incluir a Ucrânia na lista dos futuros membros da organização. Perante a afronta, o ministro dos negócios estrangeiro Lavrov resolveu transmitir formalmente ao embaixador dos EUA na Rússia, Whilliam J. Burns, a forte oposição do seu país a qualquer movimento de expansão da organização no referente à Ucrânia e à Geórgia. O aviso foi transmitido por Burns a Washington em 01 de Fevereiro de 2008, em documento altamente classificado sob o sugestivo título *Nyet Means Nyet* (Não É Não)¹⁰.

Nele se lê o seguinte: *Na Ucrânia, isso inclui temores de que a questão possa dividir o país em dois, levando à violência ou mesmo a uma guerra civil, que poderia levar a Rússia a ter que decidir se intervém.*

⁹ O discurso completo de Putin está disponível na internet.

¹⁰ Este comprometedor documento só foi tornado público pelo WikiLeaks, fundado por Julian Assange.

Como se sabe, a Casa Branca ignorou completamente esta “linha vermelha” traçada pela Federação Russa.

Entretanto, em Agosto de 2008, reacendeu-se o conflito armado entre a Geórgia e os separatistas pró-russos da Ossétia do Sul e Abecásia. A Rússia apoiou estes últimos por considerar que isso contribuiria para *manter a paz e a estabilidade no sul do Cáucaso*. Pelo contrário, os EUA e alguns países europeus deram o *seu apoio profundo à soberania e à integridade territorial da Geórgia* contra o que designaram por agressão russa ilegítima. No entanto, encobriram sempre habilmente que a Geórgia era um dos objectivos incluídos na doutrina Brzezinski para a Eurásia.

Como se isso não fosse provocação suficiente, a OTAN, em 2009, já durante o mandato presidencial de Barack Obama, integrou na organização a Croácia, República Checa, Hungria e Polónia.

A União Europeia que se dane!

Em 2010, o então presidente ucraniano Viktor Yanukovych e o presidente russo Dmitry Medvedev entenderam que era altura de renovar o Tratado de Partição da Frota do Mar Negro, dado que o Tribunal Constitucional Ucraniano tinha anulado algumas leis recentes que impediam a sua realização. Assim, em 21 de Abril de 2010, foi celebrado entre ambos os países o Pacto de Karkiv, que prolongava o *arrendamento das instalações navais russas da Crimeia até 2047 [...] em troca de um desconto significativo no preço do gás natural russo*.

Ora, os EUA, ao perceberem que este pacto, bem como a cláusula constitucional relativa à neutralidade militar ucraniana, constituíam um sério obstáculo ao desenvolvimento da estratégia Brzezinski para a Eurásia, resolveram agir. Foi então que entrou em cena a famosa “Secretária de Estado Assistente do Serviço de Estrangeiros dos EUA para a Europa e Negócios da Eurásia”, Victoria Nuland, fervorosa adepta da aplicação das doutrinas expansionistas norte-americanas ao resto do mundo.

Por coincidência ou talvez não, à época decorriam negociações entre a Associação da União Europeia e a Ucrânia sob a mediação da Rússia e União Europeia, que já tinham acordado, entre outras matérias, a realização de

eleições presidenciais no prazo de 10 meses¹¹. Foi então que, em 7 de Fevereiro de 2014, a desembaraçada Victoria Nuland telefonou ao embaixador dos EUA na Ucrânia, Geoffrey Pyatt, a informá-lo que era preciso substituir urgentemente o governo da Ucrânia por outro da inteira confiança dos EUA. O embaixador Pyatt, cautelosamente, avisou-a de que não era conveniente fazê-lo, dado que a Alemanha e a França tinham acabado de acordar com as autoridades ucranianas a realização de eleições até ao final desse ano.

Vale a pena transcrever esta parte do diálogo entre ambos:

Nuland: [...] *Não me lembro se lhe disse isto, ou se apenas disse a Washington quando falei com Jeff Feltman [United Nations Under-Secretary-General for Political Affairs] esta manhã. Ele tinha um novo nome para o fulano da ONU, Robert Serry. Escrevi-lhe isso esta manhã?*

Pyatt: *Sim, eu vi isso.*

Nuland: *Ok. Ele agora conseguiu que Serry e Ban Ki-moon [Secretário-geral da ONU] concordassem que o primeiro poderia entrar na segunda ou terça-feira. Isso seria ótimo, acho eu, para resolver o assunto com a ajuda da ONU e, você sabe, fuck the European Union!*¹²

Sobre esta lamentável atitude, bastante elucidativa acerca dos métodos usados pelas administrações dos EUA para impor a sua vontade a países terceiros, vale a pena citar o comentário do então presidente do Eurasia Group, Ian Bremmer, sobre o assunto: [...] *Houve um acordo que foi fechado com os ministros dos Negócios Estrangeiros europeus. Esse acordo foi revogado e os americanos ficaram muito felizes em avançar imediatamente de uma forma que teria sido completamente inaceitável para qualquer pessoa na administração dos EUA se estivéssemos do outro lado [...].*

Certo é que, de 21 para 22 de Fevereiro de 2014, já depois da fuga precipitada do presidente Yanukovych do país, completou-se a “revolução colorida” Euromaidan, que provocou a queda do governo legítimo ucraniano e a sua

¹¹ Jornal Oficial da União Europeia, L 260/4 PT, 30-Ago-2014: Acordo de Associação entre a União Europeia e a Comunidade Europeia da Energia Atómica, e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República da Moldávia, por outro.

¹² Documento obtido através de uma fuga de informação que levou à prisão e posterior exílio do jornalista australiano fundador do *site Wikileaks*, Julian Assange. Tradução do ficheiro “Nuland-Pyatt leaked conversation about Ukraine, 2014”.

substituição por outro de cariz revolucionário ultranacionalista, talhado à medida dos desejos dos EUA. O elenco governamental incluía vários notáveis do partido de extrema-direita União Pan-Ucraniana "Liberdade", mais conhecido por "Svoboda", designadamente o nacionalista radical Oleksandr Sych, que ocupou o cargo de vice-presidente do Governo.

O golpe arrastou definitivamente a Ucrânia para a órbita dos EUA/OTAN. Porém, como o país se encontrava profundamente dividido histórica, cultural e politicamente entre leste, de população maioritariamente pró-russa, e oeste, de população pró-europeia, as tensões entre ambas as partes aumentaram de tal modo que o próprio Henry Kissinger, em artigo publicado em 05 de Março de 2014 no *Washington Post*, considerou que poderiam conduzir a *divisões territoriais e à guerra civil*.

Perante a explosiva situação, a Rússia, prevendo que o novo poder ucraniano anularia a curto prazo o princípio constitucional da neutralidade e o atrás referido Pacto de Karkiv sobre a partição da frota do Mar Negro, realizou um plebiscito à população local e, tendo em conta os resultados obtidos, decidiu ocupar unilateralmente, em 11 de Março seguinte, a República Autónoma da Crimeia¹³.

Guerra civil na Ucrânia

Para apaziguar os ânimos e procurar conciliar as partes desavindas, representantes da Ucrânia, Rússia, Repúblicas Populares de Donetsk e Lugansk e, ainda, a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), juntaram-se em 5 de Setembro de 2014 para encontrar uma solução que repusesse a paz social no país. Desse esforço resultou a assinatura do Tratado de Minsk, através do qual as partes se comprometiam a assegurar o cessar-fogo imediato, realizar eleições locais antecipadas e aprovar, em conformidade com protocolo a discutir, o *"regime provisório de governação local em certas zonas dos Oblasts de Donetsk e de Lugansk (Lei sobre o estatuto especial)"*, isto é, o estatuto autonómico dessas regiões na sociedade ucraniana.

¹³ Cerca de 95% da população da Crimeia, constituída por 60% de russos, 24% de ucranianos e 12% de tártaros, votou favoravelmente a separação da Crimeia da Rússia.

Porém, em 02 de Dezembro de 2014, o parlamento ucraniano resolveu fazer letra morta dos protocolos de Minsk e eliminar unilateralmente, em 23 de Dezembro seguinte, a incómoda cláusula constitucional relativa à neutralidade militar ucraniana. Este acto exaltou ainda mais os ânimos e aumentou a violência interna no país, com a Rússia a apoiar o povo do Donbass e o “ocidente alargado” o novo regime ucraniano.

A agravar a situação, a OTAN decidiu expandir-se ainda mais no leste europeu com a integração da Bósnia e Herzegovina, em 2017, ao mesmo tempo que o Parlamento Ucraniano iniciava uma vaga legislativa destinada a impedir o livre exercício dos direitos linguísticos, religiosos, culturais e informativos das populações russófilas residentes na Ucrânia. Pior ainda, em 7 de Fevereiro de 2019 incluiu a adesão do país à União Europeia e à OTAN como objectivos constitucionais estratégicos! Naturalmente, a adesão à OTAN jamais seria aceite pacificamente pela Rússia.

Cerca de dois meses depois, em 21 de Abril de 2019, Volodymyr Zelensky ganhava a segunda volta das eleições presidenciais ucranianas. Porém, logo após a vitória, usando como pretexto oficial o facto de não dispor de uma maioria de apoio suficiente para governar, desrespeitando o parecer do próprio Tribunal Constitucional, dissolveu prematuramente o Parlamento (*Verkhovna Rada*) e mandou realizar, em 21 de Julho de 2019, novas eleições legislativas.

Porém, os resultados eleitorais confirmaram claramente a divisão da Ucrânia entre oeste, maioritariamente pró-ocidental, e leste, maioritariamente pró-russa. Escusado será dizer que os resultados não foram do agrado do novo regime, que aumentou as medidas repressivas contra a população russa residente.

Para procurar apaziguar a violência, Zelensky assinou, ainda nesse ano, um acordo de cessar-fogo com Putin, Hollande e Merkl, que não foi minimamente respeitado pelas partes desavindas. Zelensky atribuiu a culpa do insucesso *aos separatistas russos*, apesar de saber perfeitamente que as razões dos confrontos eram na altura fundamentalmente autonómicas e não separatistas, e resultavam em grande medida do incumprimento dos acordos de Minsk por parte do próprio regime ucraniano, com a conivência dos seus aliados.

Como se isso não bastasse, a OTAN, obsessivamente focada na aplicação rápida e continuada da doutrina expansionista norte-americana para a

Eurásia, incluía na organização, em 2020, o Montenegro, a Sérvia e a Macedónia do Norte, ao mesmo tempo que ensaiava na Bielorrússia uma “revolução colorida” tipo Maidan, que acabou por fracassar já no decurso de 2021.

Perante a gravidade da situação, Putin e Biden, em videoconferência realizada em 17 de Dezembro desse ano, combinaram promover com urgência um acordo vinculativo que travasse a pressão da OTAN sobre as fronteiras russas e o envio de armas para a Ucrânia. As conversações realizaram-se no período de 10 a 13 de Janeiro de 2022, mas não obtiveram resultados positivos. Foi então que Putin, confrontado com a inutilidade da diligência, voltou a contactar novamente com Biden em 17 de Janeiro seguinte, para o informar de que a Rússia estava a preparar-se para responder militarmente às sistemáticas ameaças e violações do seu espaço de influência estratégica.

Como as agressões contra a população do Donbass continuavam, Putin, em 12 de Fevereiro de 2022, voltou a contactar Biden para o informar de que tinha ordenado o posicionamento de 100.000 soldados perto da fronteira com a Ucrânia prontos para responder à contínua pressão da OTAN sobre as fronteiras russas. O presidente Biden nada acrescentou de novo, respondendo-lhe simplesmente que, fossem quais fossem os cenários, estava pronto para pugnar pela defesa da democracia e liberdade.

Em 16 de Fevereiro de 2022, a situação agravou-se em consequência de um intenso e contínuo bombardeamento da região do Donbass pelas tropas ucranianas, demonstrando claramente que a Ucrânia nem procurava a paz nem o cumprimento dos acordos de Minsk, aliás, como se encontra sobejamente documentado nos relatórios da Organização para a Segurança e Cooperação Europeia (OSCE) relativos ao cessar-fogo¹⁴.

A resposta do Kremlin não se fez esperar e, poucos dias depois, em 21 de Fevereiro, Putin decidiu apoiar formal e unilateralmente a independência dos territórios de Donetsk e Lugansk e, em 24 de Fevereiro, deu início à “Operação Militar Especial” contra a Ucrânia.

É preciso acrescentar que já depois da intervenção militar russa, ambos os países encetaram em Istambul negociações de paz, aliás, largamente difundidas referidas pela comunicação social de ambos os lados. Porém, o

¹⁴ Ver o relatório n.º 40/2022, de 21 de Fevereiro, da OSCE.

primeiro-ministro do Reino Unido, Boris Johnson, resolveu pressionar o presidente Zelensky para terminar com as negociações, argumentando que o prolongamento da guerra interessava aos EUA para desgastar militar, económica e socialmente, a Federação Russa. Em contrapartida, o regime de Kiev receberia o necessário apoio armamentista, logístico e financeiro.

Reflexões finais

Os acontecimentos descritos levam-nos a concluir que a actual guerra da Ucrânia mais não é do que uma aplicação prática dos conceitos imperialistas norte-americanos de Monroe, Wolfowitz e, sobretudo, de Brzezinski, este último dirigido especificamente aos territórios da Eurásia. Quer isto dizer que o ex-Secretário-Geral da OTAN não se enganou quando afirmou que aquela guerra *não [tinha começado] em 2022, mas em 2014*, e que o contínuo avanço da Aliança na parte oriental da Europa representava *uma mensagem muito clara a Moscovo* para o que vinha a seguir.

De facto, tendo em conta a informação hoje disponível, é fácil perceber que a designada guerra da Ucrânia foi e continua a ser uma guerra por procuração dos EUA contra a Federação Russa, com o objectivo de impor na Eurásia uma nova estrutura de segurança destinada a servir os seus insaciáveis interesses económicos. Doutra forma, é difícil justificar a continuada pressão exercida ao longo dos últimos anos pela OTAN sobre as fronteiras da Rússia e o substancial investimento financeiro, logístico e militar do “ocidente alargado” destinado a prolongar a guerra na Ucrânia.

A citada conversa entre Victoria Nuland e o embaixador dos EUA Geoffrey Pyatt a anunciar a revolução de Maidan e, mais tarde, as declarações públicas da ex-chanceler alemã Angela Merkel a classificar o arrastamento dos acordos de Minsk como um mero expediente euro-americano para dar tempo à Ucrânia *reforçar as capacidades das suas forças armadas*, são dois exemplos sugestivos e incontornáveis das manobras então usadas pelo “ocidente alargado” para aplicar no terreno a ambiciosa doutrina Brzezinski.

Analisando os factos passados nestes últimos anos a propósito da guerra na Ucrânia, só por desconhecimento ou propaganda militante se pode condenar a reacção da Federação Russa aos avanços insistentes dos EUA/OTAN, quando em situações semelhantes, essa dupla sempre impediu a intromissão de quaisquer potências ou alianças militares nas suas zonas de influência e segurança, próximas ou remotas.

Porém, o que mais se estranha é a displicência com que os EUA e os seus submissos e acríticos aliados europeus encararam desde o início da guerra o poder, a determinação e a própria história militar da Federação Russa, permitindo que, passados três anos de conflitos, não a conseguissem desmoralizar, enfraquecer ou isolar, como desde o início sempre pretenderam. Pelo contrário, a Rússia está nesta altura à beira de alcançar uma assinalável vitória militar estratégica sobre uma Ucrânia destruída e depauperada, uma União Europeia humilhada e em crise existencial, e uns EUA/OTAN a tentar disfarçar o melhor que podem e sabem as suas responsabilidades, directas e indirectas, numa guerra que já custou largas centenas de milhares de mortos, estropiados e prisioneiros de guerra.

Apesar de tudo, não podemos deixar de sublinhar que, os EUA são, como habitualmente, os grandes beneficiários desta imprudente e evitável guerra, acumulando valiosos activos e angariando fabulosos lucros para as suas poderosas empresas de material bélico.

Não sabemos como nem quando a guerra dita da Ucrânia vai acabar. O que não há dúvida é que os EUA/OTAN cometeram um grave erro de cálculo ao expandirem a sua própria segurança e defesa à custa da segurança e defesa da Rússia, sem se aperceberem que o seu mundo unipolar está a desmoronar-se e a dar lugar a um outro de características multipolares, que continua a expandir-se paulatinamente, enquanto se organiza e ganha força e credibilidade.

Porém, como *há males que vêm para o bem*, talvez esta seja uma boa ocasião para as nações de todo o mundo entenderem finalmente que os graves problemas que apoquentam a Humanidade só se resolverão através da descoberta e aperfeiçoamento dos caminhos da Paz pela Paz e não, como até aqui, da *paz pela força*.

Dos caminhos de uma Paz genuína, global, realista e fraterna, solidamente alicerçada no diálogo livre, leal, equânime, justo e esclarecido, enfim, na Liberdade.

Abril de 2025

*** Capitão de Abril, sócio da A25A**

SERIGRAFIA DE JOSÉ GUIMARÃES



Técnica: Serigrafia s/ papel Fabriano Tiepolo

Data: 2019

Dimensão: 90 x 70 cm

Mancha: 76x57,5 cm

Tiragem: 199 exemplares

Editor: Associação 25 de Abril

Impressor: Atelier Centro Português Serigrafia, Lisboa

Por especial deferência do autor desta obra, foi possível estabelecer condições muito especiais para os Associados da A25A, sendo a relação de preços a seguinte:

- > Valor de venda ao público: 1.200,00€
- > Valor para Sócios da A25A: 900,00€

Nota: Para cada exemplar da serigrafia, será oferecida uma pasta para transporte/guarda

HISTÓRIA E MEMÓRIAS

Operação Viragem Histórica: Acção Militar e Programa do MFA



Continuam a surgir afirmações que me parecem menos correctas e menos abrangentes acerca do papel desempenhado pelos três Ramos das Forças Armadas no processo que nos levou ao 25 de Abril de 1974. Porque isso tem dado origem a contestações e críticas de várias naturezas decidi tentar resumir o que se passou segundo a minha

experiência e a minha visão. É consensual analisar a acção do MFA em dois campos que, estando profundamente interligados, podem ser vistos separadamente, a operação militar e a apresentação de um programa político, como projecto e compromisso do MFA

VASCO LOURENÇO*

1. Acção Militar

Embora o Movimento dos Capitães tenha sido desenvolvido pelo Exército, incluindo os paraquedistas (no fundo, uma “força do Exército” adstrita à Força Aérea) teve, desde relativamente cedo, ligações aos outros dois Ramos, ainda que de forma diferente.

Enquanto a ligação à Força Aérea era feita através dos paraquedistas – com todas as consequências resultantes da natureza destas forças, pouco disponíveis para participarem numa acção contra a ditadura - a Marinha, com um grupo organizado onde a questão do regime se colocava e claramente apontava para o derrube do regime, assumia uma certa desconfiança em relação à natureza do Movimento, e não se envolveu, limitando-se a enviar observadores às reuniões clandestinas para as quais eram convidados.

Daqui resultou que, mesmo após a reunião de 5 de Março em Cascais, quando já se discutia entre os representantes do Exército a elaboração de um programa político, a Marinha não teve qualquer participação activa na elaboração da Ordem de Operações, na qual, por sua decisão, não teve missões atribuídas no 25 de Abril, como afirmaria o seu principal operacional na ligação ao MFA, Carlos Contreiras, limitando-se a decidir a

sua “neutralidade activa” e não actuação de qualquer força da Marinha contra as forças do Exército.

Contudo, com base no princípio da “observação”, nomeou um representante para estar no Posto de Comando do MFA. O que, aliás, se mostrou altamente positivo, quando se tornou necessário estabelecer ligações aos elementos responsáveis pela “neutralidade activa”, dada a tentativa de forças da Marinha intervirem contra o Exército.

Igualmente positiva foi a ligação do MFA ao Centro de Comunicações da Marinha, quando, na acção de comando, se tornou necessário obter a intervenção directa de uma força da Marinha a fim de colmatar a não existência de uma força do Exército para enfrentar as Forças da PIDE/DGS, seja na sua sede, seja na prisão de Caxias.

Em resumo, a Marinha, não estando prevista a sua intervenção militar, acabou por intervir a pedido do MFA, em função da conduta da operação. Ou seja, a Marinha, solicitada pelo Comando da Operação, não hesitou e cumpriu as missões que lhe foram pedidas.

Quanto à Força Aérea, acabou por seguir as pisadas dos paraquedistas, secundando-os no posicionamento político e nem recebeu a ordem de operações, que previa o seu apoio às forças do MFA, constituídas por unidades do Exército. Contudo, honra seja feita ao grupo de oficiais (engenheiros e administrativos) que, autonomamente, nunca desistiram, organizaram-se e criaram um “grupo Comando” que iria intervir numa acção operacional, prevista na Ordem de Operações.

No que respeita a pilotos, para além de alguns que estavam com o Movimento, mas não estavam devidamente organizados, é de realçar a atitude de três, um dos quais interveio, tipo freelancer, na acção de controlo

do aeroporto e dois que estavam disponíveis para fazer frente a quaisquer meios aéreos que tentassem atacar as forças do Exército.

De referir ainda que, no decorrer das operações, alguns oficiais paraquedistas impuseram ao respectivo Comandante o envio de uma força para Lisboa, oferecida ao MFA, que a utilizaria no apoio às Forças do Exército e da Marinha que estavam a enfrentar a PIDE/DGS. Daí resultando que uma Força paraquedista tivesse participado na ocupação da Prisão de Caxias.

Em conclusão, é legítimo afirmar que a acção militar foi da responsabilidade “exclusiva” de unidades do Exército organizadas e comandadas por oficiais do MFA, com apoios pontuais de forças e militares da Marinha e da Força Aérea.

2. Programa do MFA

Na reunião de 1 de Dezembro de 1973, em Óbidos, com a participação exclusiva de oficiais do Exército, foi discutida a hipótese de um golpe militar e em reunião de 12 de Janeiro de 1974, em Lisboa, é decidido nomear um elemento (José Maria Moreira de Azevedo) para elaborar um documento que expressasse as preocupações de natureza sócio-profissional e política do Movimento. Em nova reunião realizada a 25 de Janeiro de 1974 foi decidido pela Comissão Coordenadora que o documento elaborado por Moreira de Azevedo fosse apresentado numa reunião mais alargada.

A nova reunião realizou-se em 5 de Fevereiro de 1974 onde o documento acabou por não ser aprovado, sendo nomeada uma comissão de quatro oficiais (além de Moreira de Azevedo, Melo Antunes, Costa Braz e Sousa e Castro), com o fim de elaborar um documento programático abrangente da área militar e da área política, a apresentar numa reunião plenária, a realizar num prazo razoável.

Entretanto, a 22 de Fevereiro, António de Spínola, sabendo desta decisão, acelera a publicação do seu livro “Portugal e o Futuro”, onde defende uma solução política para a guerra colonial através de uma possível confederação luso-africana. Spínola, pressionado pelo avanço da discussão da solução política no seio do Movimento, corre contra o tempo, numa posição claramente ultrapassada, como se constataria de imediato.

Logo a seguir, em reunião realizada a 25 de Fevereiro, é aprovada uma das três hipóteses de documento programático apresentadas pela Comissão de redacção. É esse documento que viria a ser debatido numa reunião alargada, a 3 de Março, com a participação de elementos da Marinha e da Força Aérea, onde as respectivas posições se clarificaram bem; enquanto os representantes da Marinha afirmavam só aderir a um Programa progressista, os representantes da Força Aérea e dos paraquedistas assumiram não aceitar a solução preconizada para o problema colonial.

Ficou então decidido que a Marinha enviaria observadores à reunião prevista para dois dias depois e que a Força Aérea se faria representar nessa reunião.

É, portanto, na reunião histórica de 5 de Março, em Cascais, que o Movimento dos Capitães apresenta o decisivo documento “O Movimento, as Forças Armadas e a Nação”, pela boca de Melo Antunes.

Documento em discussão

O documento gerou uma enorme discussão entre os 197 oficiais presentes (em representação de mais de 600 e na qual os oficiais ex-milicianos participam pela primeira vez numa reunião do Movimento), acabando assinado por apenas 111 dos presentes e sendo recusado pela Força Aérea. Mas ficou também decidida a elaboração de um programa político que contivesse e desenvolvesse os princípios constantes do documento aí

discutido. Esta intensão foi rejeitada pelos oficiais spinolistas, que defendiam a “não elaboração e apresentação de um Programa”, porque “temos um chefe – Spínola – que dirá como é”. Isso não impediu a criação de uma Comissão de Redacção do Programa para a qual, logo ali foi nomeado Melo Antunes como coordenador, por proposta minha.

Saídos desta reunião, onde fora decidido executar a acção militar de derrube do Governo, delegando na Comissão Coordenadora e na sua Direcção a respectiva responsabilidade, os acontecimentos precipitar-se-iam.

Enquanto a Comissão Coordenadora do Movimento accionava as decisões aprovadas, os spinolistas tentavam um contra-ataque. Logo no dia 7 de Março, dois dias depois, numa reunião no Porto, lançam um documento de recolha de assinaturas, onde proclamam o seu apoio incondicional ao General Spínola (como cereja em cima do bolo, acrescentam apoio ao General Costa Gomes). Acção desencadeada sem o conhecimento da Comissão Coordenadora, que dela apenas tomará conhecimento depois do 25 de Abril.

Verifica-se então uma retaliação por parte do Governo ao transferir compulsivamente e com efeitos imediatos (para as ilhas e para Bragança) quatro Capitães do Movimento - no dia 8 de Março são informados pelos respectivos Comandantes de Unidades que seguiriam no dia seguinte para Ponta Delgada, Angra do Heroísmo, Funchal e Bragança.

O Movimento reage com uma acção de contestação, simulando o rapto dos três Capitães que de Lisboa iriam para as ilhas, o que provoca a declaração da situação de Prevenção Rigorosa por parte do Governo, nunca decretada desde 1961, a mais forte das medidas de segurança, antes do Estado de Sítio.

Esta desorientação nas hostes do Poder levou o MFA a entregar os dois Capitães “raptados”.

Convicto de que havia vencido, o Governo encenou então uma manifestação de declaração de submissão das Forças Armadas ao Chefe do Governo. Manifestação que, feita pela enorme maioria dos oficiais generais, passaria à História como a manifestação, ou o beija-mão da “Brigada do Reumático”.

Tal manifestação teria imediatas consequências, uma vez que o CEMGFA e o VICE-CEMGFA precisamente Costa Gomes e António Spínola, os dois generais escolhidos pelo Movimento para assumirem o Comando, após o derrube do Governo, não compareceram a essa vergonhosa manifestação, que ficaria como uma nódoa inapagável das Forças Armadas (saliente-se que foram acompanhados pelo Almirante Tierno Bagulho, oficial do Gabinete do CEMGFA).

Como imediata retaliação, o Governo demitiu os dois Generais contestatários, o que provoca enorme contestação por parte da generalidade dos oficiais, contestação aproveitada pelos spinolistas para a tentativa de recuperação da derrota sofrida na reunião de 5 de Março, em Cascais.

Aproveitando a desorganização que a minha prisão havia provocado no Movimento, por ser o seu responsável operacional, o que incluía todo o sistema da sua ligação interna, os spinolistas acabam por convencer os oficiais do Regimento de Infantaria 5, nas Caldas da Rainha, a avançarem e protagonizam o que ficou conhecido como “O golpe das Caldas da Rainha”, em 16 de Março.

Feito em cima do joelho, sem a intervenção de outras Unidades que chegaram “a ter os pés nos tacos”, de forma desorganizada, fruto da incompetência que esses oficiais revelariam posteriormente em todo o

processo revolucionário, o golpe falha, os seus autores são presos e... tudo poderia ter acabado aí.

Acontece que o Otelo, apesar de envolvido, não foi detectado e o Movimento ficou quase intacto, a Direcção reorganizou-se, o Vitor Alves ficou o responsável pela área política, onde a missão principal consistia na elaboração do Programa do MFA, o Otelo passou a responsável operacional, aproveitou a lição, tirou ilações muito positivas do que viu, alterou a sua concepção e organizou e comandou a melhor das operações militares da História das Forças Armadas Portuguesas.

Quanto ao Programa, e é disso que agora tratamos, o Melo Antunes, vencido que foi o desânimo provocado pelo processo do 16 de Março, recompôs-se e, antes de seguir para Ponta Delgada para onde fora também transferido, entregou a Vitor Alves o projecto de Programa que este retocaria com o auxílio de vários elementos, uns da Força Aérea, mas especialmente da Marinha, que vinham conversando com Melo Antunes e, apesar destes estarem organizados há mais tempo, conservaram-se observadores no processo conspirativo que nos levou ao 25 de Abril.

Os responsáveis

Em conclusão, podemos dizer que os responsáveis pelo Programa, pela decisão da sua elaboração e pela sua elaboração foram, em primeiro lugar, oficiais do Movimento dos Capitães/MFA do Exército, com a intervenção de vários elementos, onde Melo Antunes ocupou o lugar cimeiro.

Podemos também dizer que os oficiais de Marinha desempenharam papel importante, com forte influência na solução definitiva, mas, tal como afirmei, também alguns oficiais da Força Aérea participaram nessa acção, pois, ao contrário dos pilotos, mantiveram-se activos nas áreas operacional e política.

Contudo, não faz sentido a inversão dos factos. A decisão de elaborar um Programa Político e o cumprimento dessa decisão foram, indiscutivelmente, decisões do Movimento dos Capitães (depois chamado Movimento dos Oficiais das Forças Armadas), ou seja, de oficiais do Exército.

É claro que procuraram e aceitaram apoios dos camaradas da Marinha e da Força Aérea, o que transformou a acção libertadora do 25 de Abril numa acção colectiva do Movimento das Forças Armadas.

Enfim, estes factos são indesmentíveis, pelo que não merecem ser deturpados.

*** Capitão de Abril, Presidente da Direcção da A25A**

FIGURAS DE ABRIL

Carlos de Almada Contreiras (1941-2024): Exemplo de Militar, Marinheiro e Português

O Contreiras, no seu estilo e independência próprios, foi sempre um dos elementos da “direção” da nossa organização democrática e revolucionária, o qual veio a desempenhar, pela dedicação e elevado profissionalismo, tudo o que bem se sabe no processo de preparação e execução do 25 de Abril



Almada Contreiras, enquanto comandante do NRP “Centauro” em Angola e S. Tomé e Príncipe 1969-1970

MIGUEL JUDAS*

Conheci o Carlos de Almada Contreiras no final de 1969/início de 1970, através de “contactos democráticos” que o grupo dos mais jovens oficiais e cadetes fomos mantendo com a oficialidade mais antiga. Lembro-me do importante papel do “Finta” (Lobo de Oliveira), do “Selva” (Ferreira da

Silva) e do Paiva (de Andrade, que se reconhecia como “Carbonário”), nessa conexão.

Recordo ainda, com saudade, aquela reunião alargada em casa do (Pires) Soeiro, na Rua da Penitenciária, no segundo semestre de 1970, na qual os “novos” e os “velhos” (com o Martins Guerreiro à cabeça) decidimos a criação de uma organização democrática de oficiais e cadetes da Armada com vista à instauração de um regime democrático e ao final das guerras coloniais mediante a descolonização. Recordo, de modo muito vivo, a longa e determinada intervenção do Contreiras nessa reunião, na qual deixou bem claro o seu profissionalismo e amor à Marinha e, também, o seu inabalável patriotismo e coragem pessoal. Passou, por isso, a ser uma Referência de Valores para toda a rapaziada mais nova!

Recordo ainda como o “grupo da Linha” (de Cascais), com o Contreiras como dinamizador, organizou, aí para 1971-1972, uma sessão cultural e de convívio alargada a bastantes oficiais e cadetes da Armada, na qual foi passado o filme “Couraçado Potemkin”.

Enfim, o Contreiras, no seu estilo e independência próprios, foi sempre um dos elementos da “direção” da nossa organização democrática e revolucionária, o qual veio a desempenhar, pela sua dedicação e elevado profissionalismo, tudo o que bem se sabe no processo de preparação e execução do 25 de Abril.

Reencontrámo-nos, para trabalhar diariamente juntos, quando integrei a Comissão Coordenadora do MFA, em Setembro de 1974, na sequência da ida de Victor Crespo para ocupar as funções de Alto Comissário em Moçambique.

Com “estilos” e “sensibilidades” diferentes, que caracterizavam a nossa (da Armada) organização democrática, demos o nosso contributo para a eficiência das estruturas de direção do MFA. Vivi com ele todo esse período, até ao 25 de Novembro de 1975, tendo desenvolvido uma relação de irmandade pessoal, para além da nossa camaradagem como elementos da Armada e da convergência política que sempre mantivemos.

Quando presos em Caxias, após o 25 de Novembro, partilhámos a mesma cela e as mesmas circunstâncias. A nossa confiança mútua levou-nos, nesses momentos, a aprofundar as nossas reflexões sobre o processo da Revolução, incluindo sobre as causas da sua “derrota”.

Enquanto muitos camaradas encaravam a sua nova situação (de presos ou discriminados na sua vida profissional) com uma certa dose de perplexidade

e sofrimento pessoal e “procuravam entender” a situação através de culpas alheias (incluindo procedimentos desleais), nós concluimos que “estávamos presos e bem presos”. Não porque tivéssemos tido uma conduta ou ato pessoal (político ou militar) censurável, à luz da lealdade para com o MFA e os seus elementos de direção, dos objetivos que em comum tínhamos partilhado ou, ainda, à cadeia de comando chefiada pelo Presidente da República Costa Gomes, mas sim porque “não tínhamos conseguido influenciar os camaradas necessários para se proceder aos recuos que haveriam de se fazer para voltar a unir o MFA”.

Por outro lado, em vez de sofrermos qualquer desgosto pessoal, sentíamos-nos satisfeitos/orgulhosos por termos contribuído para tudo aquilo que Portugal e o seu Povo haviam conseguido naquele curto ano e meio desde o 25 de Abril. Afinal, para quem se havia preparado para morrer pela Pátria, o que eram aquelas miseráveis prisões e discriminações?

Democracia e da Justiça

As aristocracias e burguesias parasitárias e os agrários quase-feudais (bem como os seus serventuários) não tinham apanhado um tremendo e merecido susto? Procurando eximir-se a responsabilidades pelos sofrimentos que haviam causado durante tanto tempo ao “povo miúdo”, até já se diziam democratas (ou mesmo “socialistas”)! É o que lhes acontece sempre, talvez de cem a cem anos, até à vitória definitiva da Democracia e da Justiça!

E os povos de África, de toda a África, não tinham sentido o alívio de verem mais uma grande parte do seu continente libertada da opressão colonial? Só faltava libertar Nelson Mandela e retirar da boca babada do imperialismo o ouro que roubava da África do Sul!...

Na Armada, então colónia da NATO e do que pior havia em Portugal, voltaste a evidenciar as tuas qualidades pessoais e profissionais ao ponto de terem de ceder a tua promoção. Foste, depois, descobrir outros mundos na “ação civil”, ajudando Moçambique a “andar para a frente” e, mais tarde, ao conheceres a vida autárquica nacional, na sua complexidade.

Regressaste finalmente ao “25 de Abril”, através da compilação de testemunhos, da escrita e da publicação de livros, procurando que dele se conservasse a boa memória, em tempos em que “outros” procuram tergiversar, a seu favor (e com prejuízo para Portugal), o seu sentido realmente Libertador e Democrático.

Grande Carlos Contreiras, foste um obreiro dessas grandes vitórias (mesmo que temporárias) e um exemplo para todos nós, como Militar, Marinheiro e Português!

Por isso, as gerações vindouras, quando tiverem de assumir as suas responsabilidades face ao estado putrefacto da atual República e à dissolução a que Portugal está a ser submetido, não deixarão de inspirar-se no teu exemplo.

Março de 2025

*** Capitão de Abril, sócio da A25A**

FIGURAS DE ABRIL

Carlos de Almada Contreiras (1941-2024): Gratidão ao amigo Português

Almada Contreiras foi o primeiro ponto de contacto entre o MFA e a União Militar Democrática espanhola fundada a 1 de Setembro de 1974



MARIA JOSÉ TÍSCAR*

NA MANHÃ DE 25 DE ABRIL, enquanto decorria a *Operação Viragem Histórica*, desencadeada pelos militares do Movimento das Forças Armadas (MFA), foi activado pela Marinha espanhola o circuito-rádio Cádiz-Sagres que operava no âmbito do Pacto Ibérico. Os militares espanhóis perguntaram o que se passava exactamente em Portugal e se era necessário algum apoio. Do Centro de Comunicações da Armada, controlado pelo capitão-tenente Carlos de Almada Contreiras, foi enviada uma resposta a informar que a situação estava completamente controlada e que não era necessária qualquer assistência. Nas cidades junto à fronteira, a acalmia era total quando

começaram a circular notícias sobre os acontecimentos em Portugal, o que gerou sentimentos contraditórios na vizinha Espanha, sobretudo no meio militar.

Em Barcelona, o oficial de Exército espanhol, capitão Julio Busquets, sentia uma profunda inveja dos militares do MFA e não deixava de estar atento à evolução da situação no país vizinho, pensando em como desenvolver uma organização semelhante, apesar de reconhecer as diferentes circunstâncias que a Espanha então vivia. O mesmo aconteceu com o major Luis Otero, que tinha passado recentemente uns dias de férias com a família no norte de Portugal e decidiu falar com o seu camarada Busquets. Outros oficiais das Forças Armadas espanholas partilhavam o anseio de constituir alguma organização da qual o grupo de oficiais que tinha passado pela Academia de Formação Militar Forja poderia ser um antecedente longínquo.

No clima único de euforia que a mudança de Portugal tinha produzido, os oficiais Busquets e Otero decidiram apresentar-se, sem aviso prévio, no palácio de Belém, onde foram de imediato recebidos pelo tenente-coronel Almeida Bruno e pelo major Manuel Monge que os encaminham para o capitão Pinto Soares, membro da Comissão Coordenadora do MFA, com quem se encontram no dia seguinte, e falaram ainda com outros militares.

De regresso a Espanha, as reuniões daqueles irrequietos oficiais começaram em Barcelona no final de Agosto de 1974 e aí, a 1 de Setembro, foi fundada a União Militar Democrática (UMD).

Portugal entrava então numa fase tensa que culminaria com a demissão de Spínola, o que deixou de lado os contactos dos oficiais espanhóis. Dois meses depois, por intermédio de um dos presentes no congresso do Partido Socialista, foi solicitado o estabelecimento de um contacto formal entre a UMD e o MFA, sendo o elo de ligação Almada Contreiras, que se deslocava frequentemente à capital espanhola por motivos pessoais, uma vez que ali vivia a família da sua mulher, Pilar Luengo Martínez, professora no Instituto Espanhol de Lisboa. Almada Contreiras fixou as coordenadas e a identificação através de uma nota de vinte escudos rasgada ao meio que seria levada ao contacto espanhol.

A 22 de Dezembro de 1974, na Praça de Espanha de Madrid, em frente à estátua de D. Quixote, com um exemplar da revista *Cambio16* debaixo do braço, Contreiras juntou as duas metades da nota com o capitão Jesús Martín-Consuegra que a partir de então acompanharia todos os contactos. Seguiu-se uma nova reunião, na qual participaram, o major Luís Otero e o capitão Restituto Valero, onde foram discutidos os aspectos que mais interessavam à

parte espanhola, a fim de se ter uma compreensão precisa de como se tinha organizado o MFA, o que o oficial português podia explicar por ter participado nas fases e momentos decisivos até ao papel essencial no próprio 25 de Abril e que era já então membro do Conselho de Estado, órgão que tinha de produzir as primeiras leis transformadoras do país.

MFA e a UMD

A partir de então, realizar-se-ão reuniões periódicas em diferentes pontos de Madrid nas quais serão avaliadas as diferentes situações, tendo sempre presente a grande diferença entre as duas realidades nacionais e com espanto pelo pouco cuidado que tinham aqueles militares espanhóis com as normas básicas de segurança conspirativa. De facto, os problemas começaram cedo para a UMD, pois em Fevereiro de 1975 o capitão Busquets foi preso durante seis meses e os serviços de informações militares reforçaram a vigilância, dificultando os contactos até que, na madrugada de 29 de Julho, começaram as detenções dos militares suspeitos de pertencerem a UMD e os contactos foram completamente interrompidos.

O único que escapou à prisão foi o capitão da Força Aérea José Ignacio Domínguez, que estava de férias na Turquia quando uma força militar apareceu para prendê-lo em sua casa em Madrid. Impossibilitado de regressar a Espanha e tendo-lhe sido atribuído o papel de porta-voz da UMD no estrangeiro, precisava do apoio dos capitães portugueses, mas não sabia quem era o contacto naquele país e foi para Paris, onde tinha amigos. Porém, nada conseguiu porque o adido militar da embaixada portuguesa com quem falou nada sabia. O momento era delicado para indagar, pelo que decidiu viajar directamente para Lisboa.

Com referências de dois militantes do MES, o capitão Domínguez chegou no dia 26 de Agosto a Lisboa, onde recebeu a fraternidade do MFA e os contactos foram retomados em condições muito diferentes, uma vez que agora se tratava sobretudo de prestar apoio logístico à actividade a desenvolver. Domínguez conheceu finalmente o seu apoio indispensável, Almada Contreiras, agora director do SDCI. Foi-lhe atribuída uma residência e uma contribuição financeira que lhe permitiu alugar um apartamento em Carcavelos, bem como bilhetes de avião para as viagens que necessitava de fazer a fim de manter contactos com a cúpula da UMD desde outras cidades, como Paris, uma vez que as relações com Espanha, que se tornou a retaguarda estratégica da contra-revolução, a partir da qual o ELP e o MDLP dirigiam as suas actividades com o apoio do governo espanhol, estavam muito tensas.

Domínguez recordará sempre as suas visitas a casa em São Pedro do Estoril em pleno Verão Quente, onde o comandante Contreiras mal tinha tempo para dormir. No final de Setembro, algo tinha de ser feito para causar agitação no estrangeiro devido às novas detenções em Espanha, e Almada Contreiras facilitou-lhe a viagem a Paris para uma conferência de imprensa no dia 13 de Outubro que teve repercussão internacional.

Mas logo a seguir, a situação em Portugal tomará um rumo inverso a partir do dia 25 de Novembro e, desta vez, será o seu principal apoio que será preso. O militar espanhol não teve outra opção senão procurar um novo local de asilo, que seria Argel.

Embora acabassem os contactos entre o MFA e a UMD, a amizade com Carlos Contreiras, a quem sempre manteve uma profunda gratidão, enorme afecto e admiração, perdurou até ao seu último encontro. Aconteceu a 11 de Outubro no Ateneo de Madrid por ocasião da homenagem à UMD, para a qual o comandante Almada Contreiras foi convidado como um participante de pleno direito.

*** Historiadora e investigadora**

SERIGRAFIA DE JOSÉ GUMARÃES



Técnica: Serigrafia s/ papel Fabriano Tiepolo

Data: 2019

Dimensão: 90 x 70 cm

Mancha: 76x57,5 cm

Tiragem: 199 exemplares

Editor: Associação 25 de Abril

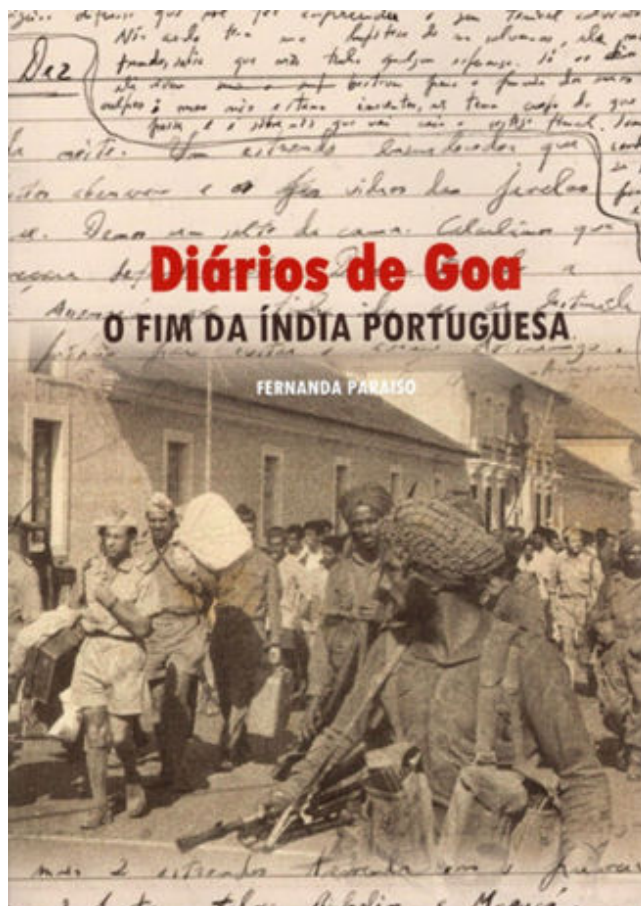
Impressor: Atelier Centro Português Serigrafia, Lisboa

Por especial deferência do autor desta obra, foi possível estabelecer condições muito especiais para os Associados da A25A, sendo a relação de preços a seguinte:

- > Valor de venda ao público: 1.200,00€
- > Valor para Sócios da A25A: 900,00€
- > Valor de lançamento, exclusivamente destinado aos Sócios da A25A, com quotização regularizada e no máximo de 2 exemplares por sócio, cuja inscrição/pagamento tem prazo limitado até 31 de Julho de 2019: 600,00€

Nota: Para cada exemplar da serigrafia, será oferecida uma pasta para transporte/guarda

LIVROS



FERNANDA PARAÍSO*

Quando, em 17 de Dezembro de 1961, a União Indiana transpõe as fronteiras de Goa, Damão e Diu, a esmagadora desproporção das forças em presença resolve o conflito em cerca de 48 horas e o reduzido número de baixas não foi suficiente para atingir os objectivos da estratégia de Salazar – provocar o escândalo mundial perante a invasão indiana.

A invasão

Salazar conduziu a diplomacia portuguesa a um beco sem saída, numa política desajustada das realidades, face aos “ventos de mudança” que sopravam do continente africano e à consciência mundial de que o colonialismo se tornara obsoleto, na sequência da II Guerra Mundial. Enfrentou as reivindicações indianas com intransigência, confiante no rótulo de pacifista que Nehru conseguira, com sucesso, imprimir à sua política externa. Foi uma aposta arriscada, que Salazar veio a perder, em prejuízo de uma autonomia que poderia ter sido concedida a tempo de impedir a ocupação dos territórios. E assim, a afirmação identitária goesa foi asfixiada pelos nacionalismos tanto de Nehru como de Salazar.

Nem vitoriosos nem mortos

O estado de ineficiência do Exército português, e a situação especialmente precária da reduzida guarnição em terras do Oriente, mal armada e equipada, não impediram Salazar de exigir o «*sacrifício total*» e endossar às Forças Armadas as responsabilidades de uma missão impossível, confirmada por telegrama nas vésperas da invasão: «*sinto que apenas pode haver soldados e marinheiros vitoriosos ou mortos*»... Porém, para os que não foram “nem vitoriosos nem mortos” seguiram-se cinco meses, penosamente longos, em campos de prisioneiros.

Obviamente que a «*catástrofe*» pela qual Salazar confessa ter «*conscientemente esperado*» não o levou a assumir as responsabilidades que lhe competiriam enquanto Chefe do Governo e Ministro da Defesa. E o processo de inquérito, à porta fechada, resultou na punição dos “cobardes”, responsáveis pela perda da Índia, que são informados pelos jornais, a par da exaltação dos heróis, sem lhes ser permitida qualquer defesa ou contraditório. Passados 13 anos, em 19 de Dezembro de 1974, já depois do 25 de Abril, publica-se o Decreto-Lei que anula as penas sofridas pelos militares responsabilizados pela rendição das tropas portuguesas. No entanto, aqueles

que foram acusados de perderem a Índia acabaram por ficar indelevelmente marcados pelo cativo em campos de concentração e pela acusação de se terem rendido.

Cinco documentários, uma exposição e um livro

O meu primeiro projecto sobre a queda da Índia Portuguesa foi a série de documentários *Surrender* – actualmente disponível online no Arquivo RTP – que regista o testemunho de praças, furriéis, sargentos e jovens oficiais, que combateram na invasão de Goa, Damão e Diu, e se renderam a 19 de Dezembro de 1961. As filmagens na Índia, permitiram recolher as memórias dos goeses que assistiram aos acontecimentos e as imagens dos lugares onde tudo se passou.

Seguiu-se, em 2012, a exposição – *Álbum de Memórias Índia Portuguesa. 1954.1962* – que esteve patente no Padrão dos Descobrimentos, em Lisboa, baseada no espólio de fotografias, documentação e recordações dos militares, inicialmente recolhido durante a preparação dos documentários e que foi ampliado de forma a abranger o período que antecedeu a invasão. E, em 2022, por ocasião da efeméride dos 60 anos da sua libertação dos campos e do regresso a Portugal, concretizei o meu terceiro projecto – o documentário *PDG/ Prisioneiros de Guerra* – que pode ser visionado na RTP Play.

Por fim, por feliz coincidência em 2024, e com o apoio da Associação Nacional dos Prisioneiros de Guerra, consegui editar o livro – *Diários de Goa. O Fim da Índia Portuguesa* – que me permitiu enquadrar a História dos acontecimentos através do relato imediatista (não adulterado pelo exercício de memória) de três militares prisioneiros no Campo de Pondá, em Goa. As anotações que me pareceram necessárias, para esclarecer as dúvidas e as preocupações com que os próprios diaristas se confrontam, obrigaram-me a uma pesquisa arquivística extensa.

O livro expõe os factos ocultos cujo desconhecimento ou incompreensão constituíram uma fonte de ansiedade à época e que são, ainda hoje, largamente

distorcidos. E, por outro lado, tenta esboçar um enquadramento histórico abrangente, que ultrapassa o espaço prisional e o período de aprisionamento. Procurei ainda esclarecer certas passagens menos conhecidas e/ou mais polémicas dos acontecimentos, antes, durante e após a invasão de Goa, explorando as narrativas public(it)adas e exercendo o contraditório, através da recolha de testemunhos presenciais: a indefensibilidade de Goa e a estratégia salazarista de suicídio das forças portuguesas; o boato sobre a evacuação das famílias dos militares; o contraponto entre a imprensa portuguesa, goesa e mundial ao reportarem a invasão; o papel de um dos diaristas, major Tenreiro, na decisão que levou à rendição do General Vassalo e Silva; as circunstâncias em que ocorreu o acto de rendição em Goa; o mito do afundamento do navio *Afonso de Albuquerque* e os casos das três lanchas da Armada que serviam no Estado Português da Índia; etc., etc.

A História desses dias revela-se através da documentação que pesquisei, em grande parte inédita: os telegramas confidenciais e secretos, trocados entre o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Franco Nogueira, e o Embaixador em Karachi, e entre o Governador-Geral de Goa, Vassalo e Silva e o Ministro do Ultramar, Adriano Moreira; as directivas e pareceres emanados deste Ministério quanto ao repatriamento dos prisioneiros a par da expulsão dos súbditos indianos de Moçambique, revelando os interesses económicos ocultos que presidiram ao confisco dos seus bens; a correspondência particular de Jorge Jardim com ambos os Ministros e com Salazar, antes e após a invasão; o papel das crónicas do jornalista Urbano Carrasco, no *Diário Popular*, ao serviço da mistificação da opinião pública; as visitas aos campos de prisioneiros do representantes do Vaticano e da Cruz Vermelha Internacional; o conteúdo das emissões do programa da Emissora Nacional – *É Portugal Que Manda* – que tanto revoltaram os prisioneiros no seu dia a dia; as negociações entre os Governos de Portugal e da União Indiana e a

mistificação com que foram sendo apresentadas ao país; o verdadeiro papel de Jardim no repatriamento dos prisioneiros e do seu amigo e sócio, K.B. Kakoobhai, obliterado da crónica oficial, que se viu perseguido pela PIDE e fugiu com destino incerto; a traição ao acordo de cavalheiros que Jardim firmou na Índia com os representantes do Ministério dos Assuntos Externos da União Indiana; o terrorismo de Estado contra este país, patrocinado por Franco Nogueira e aprovado por Salazar, em 1963, e o papel do goês Casimiro Monteiro, responsável pelas bombas que deflagraram em Goa, em 1964, e assassino confesso de Humberto Delgado, em 1965, ao serviço da PIDE; etc., etc.

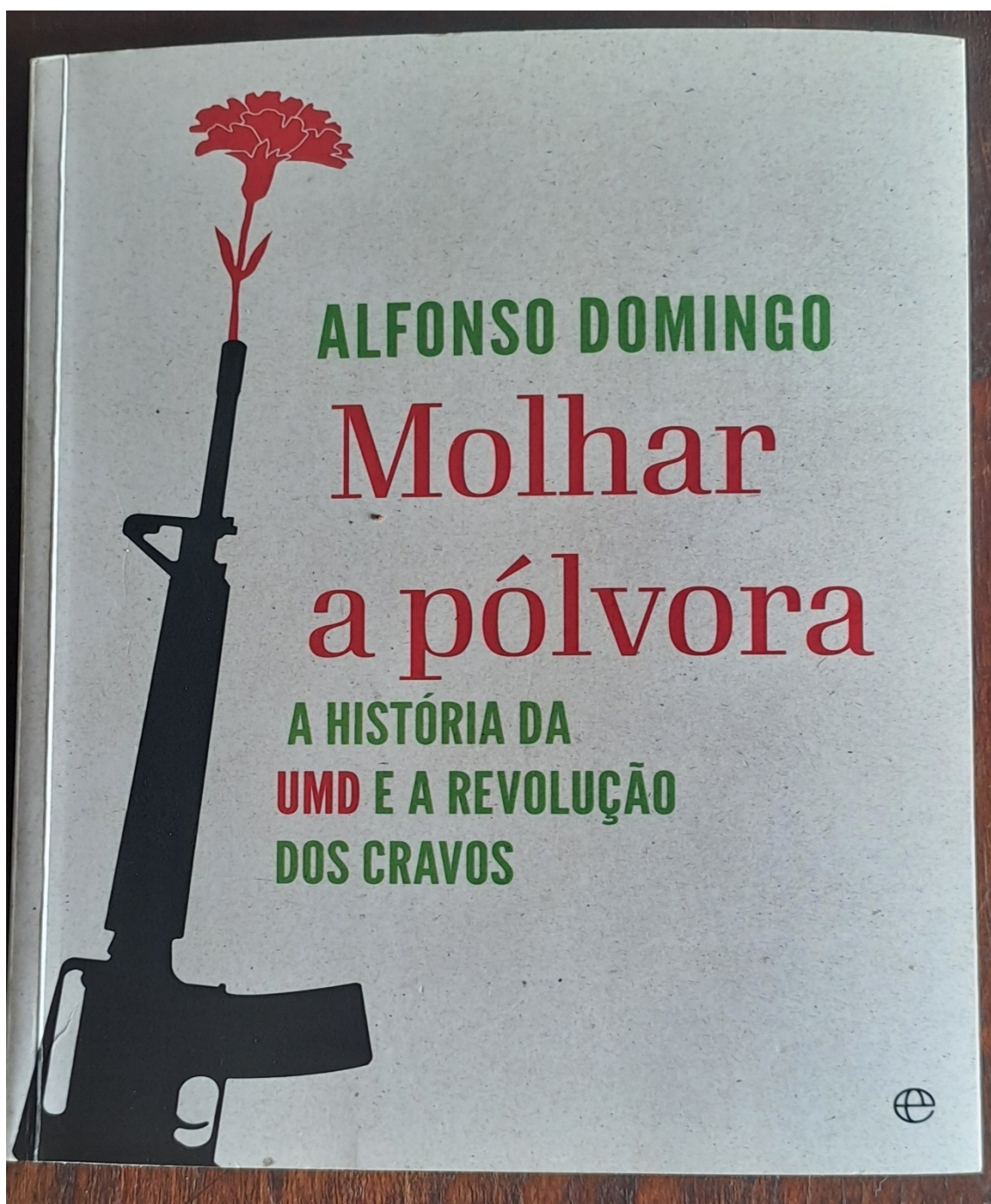
Sobressaem deste livro os protagonistas da “pequena história” cujas acções foram determinantes no desenrolar de um dos mais fascinantes acontecimentos da História de Portugal: os diaristas major Acácio Tenreiro, capitão Roberto Durão e sargento Horácio Sousa.

*** Arquiteta e cineasta** (Nota: a autora não segue o Novo Acordo Ortográfico).

Nota de edição: No próximo número d'O Referencial será feita referência ao lançamento deste livro na A25A no dia 27 de Fevereiro de 2025.

LIVROS

Molhar a pólvora – A História da UMD e a Revolução dos Cravos



O autor, Alfonso Domingo, é cineasta e escritor premiado, e na comemoração do cinquentenário do 25 de Abril quis contar a relação estreita que houve entre os capitães de Abril e os capitães espanhóis agrupados na UMD-União Militar Democrática. É, portanto, a

história dos contactos clandestinos que houve entre os revolucionários ibéricos, nestes se destacando também o papel das suas mulheres. Embora inusual em trabalhos de resumo, para bem traduzir o andamento desta história deixo aqui os pontos principais do índice: Os Homens sem sono; A descoberta de um símbolo; Os cravos do 25 de abril florescem em Espanha; O Exército espanhol a última herança franquista; Passar à acção: militares clandestinos; A mesma Península, processos diferentes; Pelo menos ainda temos Portugal; A queda: batem de madrugada e não é o leiteiro; Exílio em férias; A honra sentada no banco dos réus; Amnistia, uma dissolução necessária.

JORGE GOLIAS*

No primeiro capítulo, que designa de *Os Homens sem Sono*, o autor cita o poema de Sophia e abre com este texto: “O 25 de Abril está na memória de todos os portugueses e, para nosso orgulho, é considerado a revolução mais bonita e mais romântica de que há memória em todo o mundo”.

Começa por se referir ao Otelo e ao seu papel de comandante das operações no dia 25 de Abril, citando uma entrevista que ele deu para o suplemento *Galicia* do jornal *El País*, em 2008, no 34º aniversário do 25 de Abril.

“Neste livro, que conta uma história pouco conhecida, das relações entre os militares democratas espanhóis e portugueses, são importantes as palavras actuais, bem como as palavras passadas, as palavras pronunciadas através dos anos, que dão a noção desse processo, desse meio século que decorreu. Entrevistas daqueles tempos e de anos posteriores, bem como entrevistas actuais: as vozes dos capitães de abril e dos membros da UMD, as suas

mulheres e famílias, historiadores, e testemunhas desse tempo tão difícil que marcou e definiu o nosso tempo presente”.

Refere-se a deportação de Vasco Lourenço para os Açores que se juntaria a Melo Antunes, a pré-preparação da EPTM para fazer escutas permanentes às redes da GNR e da PSP e das AE militares e civis e a montagem do Posto de Comando na Pontinha.

Reporta-se o comité coordenador da Marinha com Vitor Crespo, Carlos Almada Contreiras e Manuel Martins Guerreiro

Segue-se a narração em pormenor dos momentos preparatórios do acesso aos meios de comunicação, onde se destaca o papel do Carlos Contreiras nos contactos e na escolha da Grândola, que ele justificou por ser alentejano.

Segue-se uma narrativa que é tão apelativa que não deve resumir e então lá vai mais algum texto de citação:

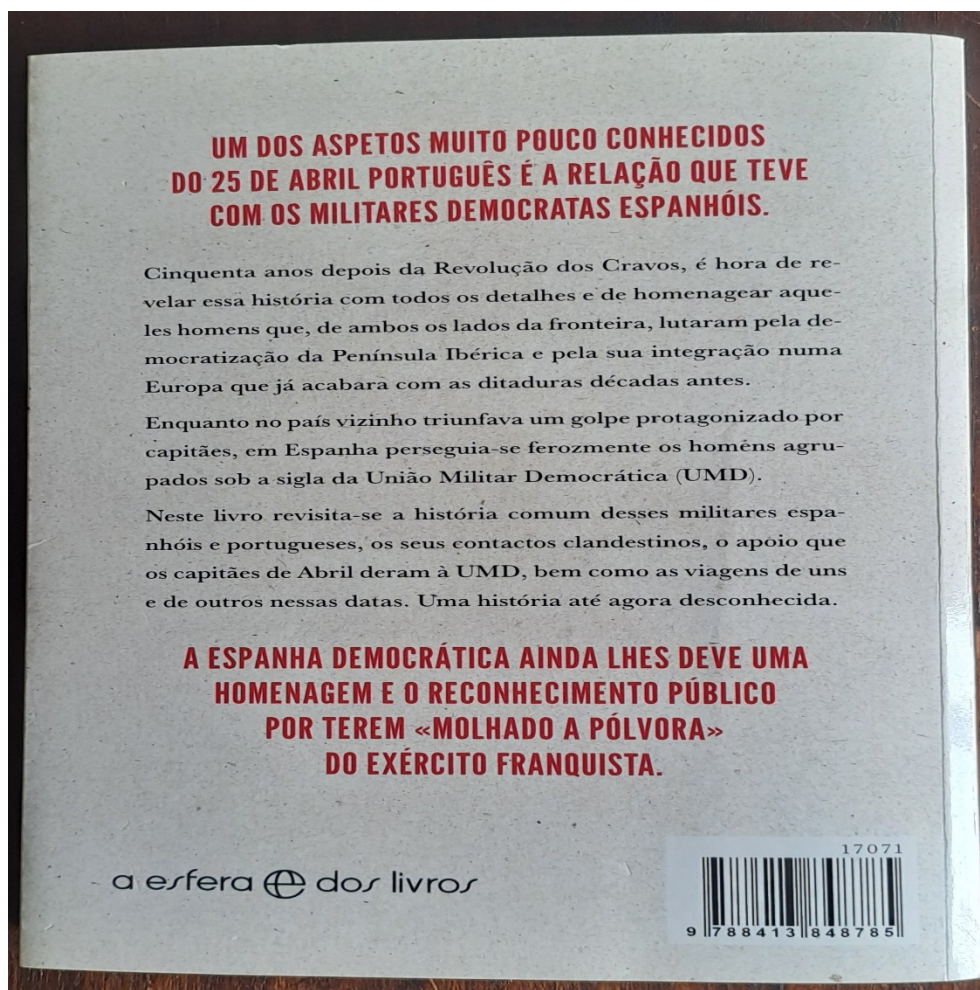
“Ao mesmo tempo noutra local da capital portuguesa, alguns dos conjurados que delineavam os acontecimentos começaram a movimentar-se. São jovens, a maioria não tem sequer 30 anos, e são animados por uma estranha força. Vestem casacos diferentes, mas as mesmas calças, meias e sapatos, que os denunciariam, perante um observador atento, como sendo membros de um corpo uniformizado. Tinham chegado pouco antes da nove da noite à Rua Castilho, e dissimulavam como conseguiam o seu nervosismo, fechados nos seus carros (...) Pertencem ao Grupo de Comandos Nº 10, sob as ordens do major Costa Neves, com o Major Campos Moura e o capitão Santos Coelho”.

Trata-se do grupo que foi ocupar o RCP e “converter essa emissora no posto de comando do MFA...”. Neste primeiro capítulo narra-se a primeira parte da saga de Salgueiro Maia na Baixa, durante cerca de 30 páginas.

No segundo capítulo *A Descoberta de um Símbolo* em mais 16 páginas completa-se a narrativa do Golpe do 25 de Abril de 1974, completando-se o

papel de Salgueiro Maia, celebrando o papel de Celeste Caeiro a senhora dos cravos, a rendição de Marcelo, os primeiros comunicados do MFA, a proclamação da JSN. Sublinham-se as alterações introduzida pelo Gen Spínola no Programa do MFA na noite de 25 no Posto de Comando na Pontinha “retirando em força dois pontos essenciais: o desmantelamento da PIDE e o fim da Guerra Colonial-esse foi o primeiro sinal do conflito e do confronto que iriam acontecer entre Spínola e o MFA”.

Já perto do fim deste relato surgem os primeiros nomes de espanhóis em Lisboa para assistirem a este dia histórico, jornalistas e um oficial do Exército – o capitão de engenharia Antonio Herreros.



A partir do terceiro capítulo, *Os Cravos do 25 de Abril Florescem em Espanha*, começa a história dos oficiais democratas espanhóis e das suas interações com os oficiais democratas portugueses.

Os nomes dos principais oficiais desta luta pela mudança de Regime vão surgindo em acções de contacto e ligação dentro do Exército, a princípio, depois da Força Aérea e da Marinha. Assim passam por esta galeria homens como: o capitão Xosé Fortes, galego de Pontevedra, o capitão Julio Busquets, catalão, de Barcelona, o capitão Jesús Martín- Consuega, de Madrid, o capitão José Ignacio Dominguez, piloto, do qual se afirma que “há sete meses que padece de uma úlcera no estômago causada pelo golpe de Estado de Pinochet no Chile. A úlcera é totalmente curada a 25 de Abril de 74”! Ainda em Madrid o capitão Fernando Reinlein discute com os seus irmãos Guillermo (colocado no Sahara) e Álvaro (Barcelona) também militares. O capitão Rafael Tejero da Divisão Brunhete entra nesta corrente. Em Madrid o capitão de engenharia Bernardo Vidal e a sua mulher Ângela (e é esta a primeira mulher a entrar nesta história), seguem com a máxima atenção o que se passa em Portugal e planeiam viajar até Lisboa. Também na capital, “em casa de Restituto Valero, naquele dia, como conta a sua mulher, Julia Perandones, a inveja é impressionante. O facto de aqueles chavalitos de menos de 30 anos – como os veem os militares democratas, com todo o carinho do mundo – lhes terem dado aquele exemplo como uma revolução pacífica, devolve-lhe a esperança perdida naquele Exército em que serve e já não consegue suportar”. Este capitão, um dos mais importantes dos democratas espanhóis era um símbolo do Exército, conhecido como Resti, o menino de Alcázar, foi levado ao colo pelo Regime, Franco e Moscardó e pelo conde de Ciano, ministro dos Negócios Estrangeiros da Itália fascista e genro de Mussolini: “O único que não me levou ao colo foi Millán Astray, talvez porque apenas tinha um braço”, dizia Valero, a brincar, aos amigos. “Depois de Portugal só perguntava a mim mesmo o que fazer em Espanha”, contou mais tarde. E nesse sentido começou a contactar camaradas e amigos como Javier Calderón, Luis Pinilla e gente do Forja. Mas um dos do grupo, Emilio Atienza, lá como também houve cá, roeu a corda e disse: “Fique bem

claro que eu venero Franco, é o meu exemplo de vida, foi a ara mais eficaz contra o maldito comunismo, e continuarei a beijar o chão que ele pisa. Aconteça o que acontecer, façam o que fizerem, serei um túmulo, mas estou em profundo desacordo convosco”.

Este incidente não impediu que continuasse a boa de neve de admiração e respeito pela revolta em Portugal e a adesão crescente de mais oficiais democratas ao movimento de provocar também e Espanha uma mudança de Regime. “As chamadas atravessam todo o território do país e todas as armas...Na Galiza, Catalunha, Castela, Madrid, Andaluzia e até no Sahara Ocidental, os jovens oficiais planeiam fazer alguma coisa semelhante”.

Uma das figuras que se destaca é Otero, em Madrid, que comenta com a sua mulher Carmen Macias as notícias de Lisboa. Era uma figura conservadora, mas rapidamente “deu uma volta radical”.

Outros nomes aparecem nesta onda de conspiração:López-Amor, Perinat, Justo Ballesteros, Perinat, Julve, José de Delás e José Luis Díez Gimbernát. Outros ainda se lhes juntaram como Julián Delgado, Juan Diego, Gabriel Cardona, José Sagrado e Antonio Miralles.

A TVE e a Radio Nacional noticiaram um surto de cólera em Portugal para evitar os contactos que estavam prestes a fazer entre esta gente e os capitães de abril.

Mas as comemorações do 1.º de Maio no Porto que estavam cheias de portugueses já estavam também cheias de galegos, com muita gente de passado familiar de luta contra o franquismo. E três dias depois o galego capitão Xosé Fortes estava a tentar contactar o Eurico Corvacho no QG do Porto, contacto que só se viria a confirmar mais tarde. É muito impressionante o depoimento de Carlota Álvarez Basso que estando no 1º de Maio no Porto de 9 anos com os pais escreveu mais tarde: “...Não consigo esquecer os

milhares de pessoas a cantar em uníssono Grândola, vila morena... recordo-me como sendo um dos dias mais felizes da minha infância e da minha vida...”

Entretanto a corrente de oficiais aderentes à Conspiração reforça-se e surgem nomes como Ángel Pajares, de Saragoça, Francisco Bravo, de Salamanca, major Castro e Octavio Vásquez.

Já se perfilam dois líderes Busquets e Otero e duas linhas que se hão-de agredir até ao fim, respectivamente Barcelona e Madrid.

A coluna antifranquista engrossa, na Catalunha já são 17 e outros se juntam como: Jesús Martín-Consuegra, de Infantaria, Arturo Guarriarán, de Cavalaria e as esposas May e Mely e ainda o já citado Fortes com a sua mulher Maricarmen, mulheres que se citam porque vieram depois a desempenhar um papel importante e destacado na busca dos maridos presos, deportados, deslocados, demitidos etc., muitas vezes para fora do continente e/ou para fortes que foram activados para receber presos que forma separados para os enfraquecer. Promovem reuniões, uma em cada de Octavio Vásquez com o capitão Javier Perote. Aqui admitem que “não somos muitos, mas os que estamos, é necessário que nos juntemos numa organização, indica Martín-Consuegra”. “Os portugueses do MFA não eram mais do que uma centena quando começaram-acrescenta Guarriarán”.

Os principais líderes, Julio Busquets e Luis Otero, em Agosto, reúnem-se em Barcelona e Salu com vista a viajar até Lisboa. E assim no dia 15 de Agosto encontram-se no Hotel Florida, na Rua Duque de Palmela orientados por um amigo de Santiago Carrillo, mas em meados de Agosto em Lisboa nada funciona, restando-lhes a hipótese de se apresentar em Belém onde conseguiram falar com o major Monge e o tenente-coronel Almeida Bruno, assim informalmente como só em situação revolucionária era possível. Monge propôs-lhe falarem com o capitão de engenharia Pinto Soares, uma

vez que eles também eram engenheiros. Regista aqui o autor que Pinto Soares, desiludido com o que viu na guerra de Angola se preparava para sair do Exército quando Vasco Lourenço o abordou e lhe contou o que se estava a preparar contra a ditadura, tendo então ele voltado atrás e vindo a ser um elemento destacado no MFA. Foi Busquets quem se encontrou com Pinto Soares e será este o primeiro contacto importante.

Impacto na Galiza

Este terceiro capítulo acaba assim: “Na Galiza, mais do que noutros pontos de Espanha, a Revolução dos Cravos tem um grande e imediato impacto sobre a população e os partidos políticos de esquerda. Toda a esquerda galega de repente sente-se alguém e olha para Portugal com orgulho, como um parente próximo. [Como eu, mero escriba desta quase cópia, sinto bem isso, por ser descendente de galegos]. E acaba assim: “No substrato militar, a Revolução dos Cravos portuguesa vai ser um dos reagentes que vão dar lugar a uma organização cujas siglas se vão tornar muito conhecidas: a União Militar Democrática, a famosa UMD.

No capítulo seguinte tem um título sugestivo: *O Exército Espanhol a Última Herança Franquista* pois na realidade os militares espanhóis em 1974 estavam integrados numa organização sem inimigo, ou no dizer de um alto responsável, o seu inimigo é o povo espanhol. Este poderá ter sido um bom ponto de partida para que os militares de formação mais liberal, democrática, se colocassem para discutirem a legitimidade de umas Forças Armadas que têm como Inimigo o seu próprio povo! Com a discussão alargada dentro das FFAA espanholas de contestação da Ditadura, surge a resposta contrária por “um grupo de capitães da Escola de Oficiais de Cavalaria que redigiu um manifesto de apoio ao Presidente do Conselho, no qual ameaçam infringir a

disciplina se não forem tomadas medidas rigorosas e se abolir toda e qualquer abertura”.

Começam então as perseguições do serviços de informações, SIBE, e as suas ramificações, com consequências de perseguições e expulsões e também mais tarde a emissão de “notas informativas que iriam envenenar a oficialidade contra os membros da UMD”, inclusive a invasão da sua vida privada para desacreditar as suas mulheres.

No capítulo V – *Passar à Acção: Militares Clandestinos* nasce então a UMD mantendo-se a iniciativa dos oficiais líderes atrás citados.

Julio Busquets nas suas memórias escreve: “...Em vez de um pronunciamento activo, devíamos ensaiar um pronunciamento negativo: **molhar a pólvora daquele exército azul**”. Aparece agora um capitão piloto que iria dar muito que falar, José Ignacio Dominguez que, não conhecendo ninguém na Força Aérea para conspirar, resolver actuar sozinho mandando panfletos para os quartéis em nome de Comissões de capitães e majores. Num desses panfletos gozou com o nome a pôr num navio dizendo que lhe iam pôr o de “Carrero Blanco em homenagem ao primeiro marinheiro espanhol que efectuou uma descolagem vertical”, numa alusão ao atentado à bomba debaixo do seu carro em Madrid.

Tentou sair da Força Aérea e ir pilotar na Ibéria, mas não o deixaram e acabou por desertar de acordo com a UMD, vindo depois a exercer o importante papel de embaixador da UMD com base em Paris e Lisboa.

Neste processo de crescimento e de organização esta gente cultiva-se. Lê os clássicos do marxismo, da literatura e da religião, contacta os meios civis intelectuais e começam a sofrer as perseguições, as visitas da polícia político-social, as prisões, os exílios e as expulsões.

No capítulo VI – *A Mesma Península, Processo Diferentes* o autor cita Martins Guerreiro na explicação muito clara que dá para o processo revolucionário português quando afirma que “o detonador da revolução portuguesa foram as guerras coloniais que Portugal mantinha”. E cita o caso paradigmático da Guiné que a certa altura se tornou independente colocando os portugueses no papel de invasores. Continuam as citações de Martins Guerreiro na explicação da revolução portuguesa dizendo que “as dimensões do 25 de abril foram bem maiores do que apenas um golpe militar: «A primeira dimensão é nacional, mas depois também tem dimensão internacional, e até mesmo universal»”. E conclui Martins Guerreiro que há ainda mais um aspecto a considerar: a dimensão estética “o tema das flores, que se transforma numa participação popular imediata com os cravos e a criação artística – houve uma explosão de associações, em todos os sectores, os artistas, os cartazes, as pinturas murais...foram mais de 35000 originais-, e isto projectou a revolução portuguesa para o Mundo.

A fechar o capítulo, o autor põe na boca de Rafael Tejero uma conversa de Juan Carlos, candidato a rei com o seu amigo Bernardo Vidal, um dos muitos oficiais da UMD desterrados no Sahara: “- Bernardo, quero falar contigo. E disse-lhe: -Sei o que te fizeram; quando for rei, o teu caso será revisto, como os da UMD. É este o meu número de telefone, liga-me, mas não digas nada ao cabrão do Arias Navarro, que tem o meu telefone sob escuta. Depois disto continua Tejero, o “Vidal pegou em mim e disse-me: - Vamos comer. Fomos até uma tasca e disse-me a rir: Rafa, o rei acaba de me dizer isto, vamos ter de nos tornar monárquicos”. Isto aconteceu a 2 de Novembro de 1975.

Espanhóis e portugueses

O capítulo VII – *Pelo Menos ainda temos Portugal* reporta os primeiros contactos regulares entre os militares democratas espanhóis e portugueses.

Foi Basílio Garcia quem esteve com Eurico Corvacho e David Martelo. Este esteve depois com Fortes e outros membros da UMD em Vigo. Conta Basílio que “o capitão David Martelo usava óculos à Trótski e falava em termos tão formalmente marxistas que aos meus camaradas, mais do que um militar, ele parecia um intelectual de esquerda”. Basílio Garcia esteve depois a representar a UMD no Congresso do Partido Socialista em Lisboa. Foi então a vez de Martins Guerreiro ser contactado por Basílio e a quem apresentou Carlos Almada Contreiras que passaria a ser o elemento de ligação com a UMD. Terá facilitado esta decisão o facto de ser casado com a espanhola Pilar, professora de línguas, e se deslocar com frequência a Madrid a casa dos sogros. A Pilar trabalhava em Lisboa no Instituto Espanhol do qual foi despedida por ser mulher de um revolucionário de abril. Seguiram-se outros membros da UDM a contactar com Carlos Contreiras, como Jesús Martín-Consuegra.

Em Espanha instalaram então uma comissão executiva nacional, composta por Luís Otero e Jesús Martín-Consuegra (Zona Centro), Julio Busquets e Julián Delgado (Nordeste) e Xosé Fortes (Noroeste). Reuniam num convento e disfarçavam com o pretexto de reuniões espirituais. Tinham cerca de 150 militantes e havia entre eles algum azedume contra Portugal, que estava agora a servir-lhe de guia!

Palavras de Xosé Fortes, o capitão galego:

“Vivíamos de costas, o franquismo sempre viveu de costas para Portugal, diga-se o que se disser, menos aqui na Galiza. Havia uma espécie de desdém face aos portugueses, mas apercebi-me de que eram muito mais instruídos do que nós, havia muito mais plurilinguismo, todos falavam bem francês e inglês, todos os militares tinham estado em comissões no estrangeiro. Parecia-me que era gente interessante e gente com ideias, e depois da revolução, ainda muito mais”.

Deu-se depois a aproximação da UMD ao PSOE.

Na Galiza a proximidade e a amizade com Portugal “o sopro da liberdade da revolução dos cravos sente-se com força. (...) A União do Povo Galego (UGP) enviou um comunicado ao MFA no qual afirmava: Todo o povo galego vibra com solidariedade e entusiasmo. As paredes das nossas aldeias enchem-se de cartazes que dizem «Viva Portugal». (...) “. O documento, publicado em maio de 1974, finalizava com as seguintes incitações: “Viva a unidade da Galiza e Portugal! Viva a democracia popular!”

A UMD cresceu e “antes de finais de julho de 1975, a actividade da UMD é registada em quartéis e unidades de 20 províncias”. Os serviços de informação do Exército, SIBE, estavam a apertar o cerco.

No cap. 8 – *A queda: batem de madrugada e não é o leiteiro* são postas a descoberto as relações entre os oficiais espanhóis da UMD e os oficiais do MFA. “Spínola, antes de partir para o Brasil, contou que Otelo apoia revolucionários galegos e que existem contactos com militares espanhóis que têm uma organização clandestina”.

Seguiram-se as perseguições, transferências, prisões para várias unidades, sobretudo para o Sahara. Seguiu-se a luta das mulheres para encontrar os maridos, as perseguições sobre as mesmas e a asfixia económica dos agregados familiares e o insulto soez às mulheres.

Os capítulos restantes, sete, versam a saga desta luta entre a UMD e o Regime que foi ganha pela UMD e que teve sempre em mira não a revolução à portuguesa, até porque Espanha não teve guerra colonial, mas sim a garantia de que o Exército iria estar do lado certo da História, do lado do fim da Ditadura e da Democracia.

Em Espanha continua a seguir-se atenta e preocupadamente a evolução do processo revolucionário (PREC) em Portugal. O Verão Quente, a queda de

Vasco Gonçalves, o Grupo do Nove, o Copcon de Oteló, Melo Antunes, Ramalho Eanes, Mário Soares, Spínola e o MDLP.

No cap 11 – *As Mulheres, Segunda Linha convertida em Vanguarda*, refere-se o facto de os sectores ultras do Exército considerarem as mulheres dos militares democratas de «UMeDas» (húmidas). Elas “mobilizaram-se de forma rápida e eficaz para ajudar a defender os seus maridos, e até mesmo evitar que eles corressem o perigo de ser assassinados”. Nesta luta destaca-se Carmen Macías, a mulher de Luis Otero. Mas muitos outros nomes merecem um registo histórico, como Julia Perandones mulher de Restituto Valero, Rosa Laviña, mulher de Antonio Herreros, Maite Perandones, irmã de Julia, Ángela Thomas, mulher de Bernardo Vidal e Maria Antonia Ballesteros, mulher de Fernando Reinlein, que recorda que as mulheres dos encarcerados eram carinhosamente chamadas de *troscas* (trotskistas).

Amnistia à UMD

Estamos chegando ao fim desta longa saga espanhola que se fez em forte ligação ao processo português, até que se chega à Amnistia à UMD, tão prometida por Juan Carlos. Mas após a libertação dos prisioneiros, os altos comandos proclamam que “uma coisa é a liberdade, outra é o afastamento do serviço”. Com os intelectuais aconteceu o contrário, foram reintegrados com os devidos louvores. E, assim, em Espanha tal como em Portugal muitos militares democratas tiveram de procurar novos empregos e tirar novos cursos, ou seja, dar uma grande volta à vida em nome de um bem maior, o da Liberdade e da Democracia. Alguns entraram no barco da política e foram eleitos deputados socialistas. Lá, tal como cá, a revolução sempre pronta a devorar os seus filhos, “implicados”!

No comunicado final da dissolução da UMD escrevia-se:” No entanto, com ela não morre, nem podia fazê-lo nunca, o espírito democrático dentro das FAs. Pelo contrário, aumentará como um reflexo fiel da sociedade de que fazem parte. Aos nossos companheiros de armas queremos dizer que se um dia decidimos actuar à margem da lei então vigente, foi para que o nosso Exército não pudesse obstaculizar o processo democratizador (...)”.

A certa altura o autor escreve: “Consuma-se assim o paradoxo: os exércitos da democracia não toleram os militares democratas”. E disse Restituto Valero: “para mim, era inconcebível: amnistiava-se a ETA e quem não tinha defendido a liberdade. Fomos condenados à reserva e à reforma, no máximo como coronéis”. Mais uma vez, lá como cá!

O autor relata depois muitos momentos de convívio entre os militares democratas de ambos os países, partilhando casas de ambos os lados com Carlos Contreiras, Martins Guerreiro e Rosa Coutinho.

“Como fruto dessa irmandade que durará toda a vida surge o acordo assinado entre as duas associações, a **Associação 25 de Abril** portuguesa e a **Foro Milícia y Democracia**, que recolhe o espírito da UMD”.

Este protocolo bilingue foi assinado em Santarém a 24 de abril de 2009 por Vasco Lourenço e por Luis Otero.

“No sentido de fortalecer os laços de amizade, então iniciados, levaram a A25A e a FMD a estabelecer um protocolo de cooperação mútua, com os seguintes objectivos:

Consagração e divulgação, nos âmbitos culturais e cívicos, do espírito do MFA e da UMD. Difundir nos nossos respectivos países as experiências, documentos, publicações, eventos e outras acções em diversos âmbitos. Promoção de estudos conjuntos acerca da democracia, das liberdades e dos direitos humanos. Promoção do intercâmbio entre os respectivos associados,

nomeadamente através da concretização de encontros periódicos em ambos os países”.

Mas, tal como em Portugal, os capitães envolvidos no 25 de Abril foram condecorados com a Ordem da Liberdade, também em Espanha, finalmente, foi feita reparação semelhante, a 10 de Março de 2010 em que o Estado concedeu cruces de Mérito Militar e Aeronáutico com distintivo branco aos 14 militares julgados por pertencerem à UMD.

Foram condecorados Luis Otero Fernández (coronel de Eng^a ref), Xosé Fortes Bouzán (coronel de Infantaria, ref), Enrique López-Amor Ayensa (coronel de Artilharia, ref), Restituto Valero Ramos(tenente-coronel de Infantaria, ref), Artur Luis Gurriarán Granados (coronel de Cavalaria, ref), Jesus Martín-Consuegra y Lopez de la Nieta (coronel de Infantaria, ref), Juan Diego Garcia (tenente-coronel de Infantaria, ref), Fernando Reinlein García-Miranda (coronel de Infantaria, res), José Ignacio Domínguez Martín-Sánchez (tenente-coronel da Força Aérea, ref) e Abel Ruiz Cillero (tenente-coronel da Força Aérea, ref) e, a título póstumo: Fermín Ibarra Renes (tenente-coronel de Artilharia), António García Márquez (tenente-coronel de Artilharia) e Antonio Herreros Robles (tenente-coronel de Eng^a).

No entanto, nunca foram integrados nem tolerados pelo Exército actual.

Por fim no Cap. 15 - *Uma Conclusão Fundamental* - regista-se o facto de se ter forjado uma amizade inquebrantável entre os militares portugueses do MFA e os espanhóis da UMD e faz-se um resumo dos trajectos das carreiras e vidas dos principais actores militares do MFA e da UMD.

O autor termina este livro assim: “**Molhou-se a pólvora**, pois, de um Exército colado à ditadura franquista, aqui não foi possível uma Revolução dos Cravos. Uma vez mais, perdemos o comboio. Oxalá o Exército espanhol tenha aprendido a lição e as Forças Armadas possam ser para sempre as de

um país democrático e europeu, características que nunca deverão perder e cuja essência de vez em quando é esquecida”.

*** Capitão de Abril, sócio da A25A**



O REFERENCIAL

Propriedade da Associação 25 de Abril – Pessoa colectiva de utilidade pública (Declaração 104/2002, DR II Série, n.º 9 de 18 de Abril) · Membro Honorário da Ordem da Liberdade | Presidente da direcção: Vasco Lourenço | Director: Aniceto Afonso | Editor: Licínio Lima | Colaborador editorial: José Armando Lopes | Coordenadores principais: Adelino Rodrigues da Costa, Lídia Praça | Coordenadores: Alexandre Manuel, Armando José Garcia Pires, Carlos Branco, Fátima Lopes Cardoso, Jorge Golias, José Fanha, Rodrigo de Sousa e Castro | Conselho Editorial: Adelino Rodrigues da Costa, Alexandre Manuel, Armando José Garcia Pires, Carlos Branco, Fátima Lopes Cardoso, João Bosco Mota Amaral, João Ferreira do Amaral, Lídia Praça, Maria Inácia Rezola, Vasco Lourenço, Viriato Soromenho Marques | Fotografia: Agência Lusa | Sede nacional, administração e redacção: Rua da Misericórdia, 95 - 1200-271 LISBOA - Telefone: 213 241 420 - Endereço electrónico: oreferencial@a25abril.pt | <https://a25abril.pt/> | <https://guerracolonial.pt/> | delegação do Norte: Escadas do Barredo, 120, r/c, esq. - 4050-092 PORTO - Telefone: 222031197 e 917583975 - Endereço electrónico: anterors@netcabo.pt ou delnorte@a25abril.pt | delegação do Alentejo: Bairro da Esperança, Edifício 2 – Bloco 3, loja R/C, 7560-145 GRÁNDOLA | Canadá: Associação Cultural 25 de Abril (Toronto) - Núcleo Capitão Salgueiro Maia - 1117 Queen Street West Toronto, Ontario M6J 3P4 Canadá info@ac25abril.ca | Fotos: Direitos Reservados | Edição gráfica: atelier VCARDOSO, Design & Edições Av. Infante Santo, 61 - 4.º Esq. - 1350-177 Lisboa | Impressão e acabamento: NORPRINT.

Nos termos da Lei, o conteúdo dos textos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores, sendo a edição e a paginação, que inclui a escolha de fotografias e de infografias, da responsabilidade de O *Referencial*.